

A SAÍDA DA CRISE

As posições do Partido Comunista Português face às tentativas para a constituição de um V governo PS/ASDI, à alternativa de eleições intercalares e à formação de um governo de gestão definidas em nota da Comissão Política do Comité Central

Pág.2



O Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária reunido na «Voz do Operário»

págs centrais

TRIBUNAL CÍVICO CONDENA O MAP



O Partido da esperança e do futuro

Numerosas iniciativas populares caracterizam a intensa actividade do PCP. O camarada Álvaro Cunhal participou em comícios realizados em Grândola e Baixa da Banheira e estará, no próximo domingo, às 17 e 30 horas, na Festa da Liberdade, em Belém. — Pág. 8 e 9

Salários: + 39,5%
Impostos: + 149%

Um estudo da CGTP-IN sobre a «Evolução do nível de vida dos trabalhadores e a política de rendimento dos sucessivos Governos constitucionais» revela que estes foram os aumentos ocorridos desde 1977, retrato fiel de uma política anti-popular

Pág.5

A SITUAÇÃO SOCIAL NO NORTE DO PAÍS E AS PERSPECTIVAS DE TRABALHO DO PCP

- Entrevista com o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central

Pág.12



Pág.3

Festa do «Avante!»
festa
de trabalhadores

Editorial

INADIÁVEL A SOLUÇÃO DA CRISE

As decisões capitais para a solução da crise governativa não podem adiar-se por mais tempo. Portugal democrático que conquistou o seu "lugar ao sol" com o 25 de Abril, depois de uma longa noite fascista marcada por iniquidades, repressões e violências, não pode aceitar a imposição e a eternização nas cadeiras do Poder de um Governo demitido de direita em oposição ao País real.

O Governo demitido de direita prevarica e exorbita nos mesmos métodos e na mesma política de arbítrio, ilegalidade e violências que estiveram na base da sua exonerção e tudo isso com o mais absoluto desprezo pela vontade expressa do Povo português.

Que forças, que motivos, têm obstaculizado até ao momento a substituição imediata deste governo no Poder?

Três ordens de obstáculos têm bloqueado durante mais de um mês, desde a exonerção pelo Presidente da República, a remoção definitiva do Governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS:

Uma, os interesses sórdidos da reacção.
A completa deterioração da situação nacional, a subversão das instituições democráticas, o impasse constitucional, são objectivos perseguidos pelas forças reacçãoárias e pelo imperialismo em Portugal a que se tem entregue com afã Sá Carneiro, Freitas do Amaral e toda a direita e extrema-direita parlamentar e extraparlamentar.

Neste trabalho deletério se trama e incuba o golpismo contra o regime democrático.

Desestabilizar totalmente a vida do País, reconstituir o poder dos monopólios e dos latifundiários sobre a miséria e a exploração desenfreada do Povo português trabalhador é uma imunda tarefa a que se devota até ao último estertor o governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS.

Uma segunda ordem de obstáculos consiste nas manobras equívocas do PS, no seu jogo de alianças orientado para a direita, na sua fuga ao diálogo e à negociação com o PCP no sentido de viabilizar uma alternativa democrática para a crise do Governo.

Uma terceira ordem de obstáculos reside, finalmente, nas hesitações — até certo ponto compreensíveis, dada a complexidade da situação, mas que estão a passar dos limites do razoável — da parte dos órgãos de soberania constitucionalmente qualificados para dar execução prática à alternativa necessária para a crise actual.

Como se sabe, o Presidente da República, na sequência das consultas aos partidos com grupos parlamentares e a algumas organizações sociais mais ou menos representativas, apresentou ultimamente ao País três hipóteses para a solução constitucional do problema do governo.

Uma delas, com base num acordo partidário entre o PS e o PPD/PSD, na qual o Presidente se disporia a empenhar-se pessoalmente, foi repudiada de imediato pelo próprio PPD.

Uma tal hipótese que não agradou à direita por contrariar os seus planos de "nova maioria" e de saídas inconstitucionais para a crise, não poderia igualmente encontrar apoio, por razões opostas, das forças democráticas e do movimento operário e popular que não esqueceram a experiência desastrosa do governo de coligação PS/CDS na primeira metade do ano transacto.

Ficaram desta forma de pé duas hipóteses: a da formação de um governo de Iniciativa partidária — a apontar para uma coligação PS/dissidentes do PSD, reunidos na ASDI, agora por força da votação conjunta dos dois grupos de deputados, constituída em "agrupamento parlamentar" — e a das eleições intercalares.

A segunda das hipóteses criava condições para a formação de um governo PS/ASDI e supõe-se que uma solução desta índole era a que enformava a alternativa anunciada pelos dirigentes do PS desde alguns dias.

Sobre o processo de concretização desta alternativa, que deveria partir da Iniciativa exclusiva dos dois agrupamentos, o PCP tem manifestado, como é sabido, as mais sérias apreensões, referidas na Nota da Comissão Política do CC hoje publicada nas nossas colunas.

O PCP tem reiteradamente insistido no exame de uma alternativa democrática de governo com o PS e outros partidos e forças democráticas, das possibilidades da formação de um V Governo capaz de dirigir num clima de apaziguamento os complicados negócios do País até às eleições legislativas normais de 1980.

O PS, como tem sido sua prática nos momentos de crise em que mais imperativo se torna o entendimento e o diálogo entre os dois partidos, tem fugido deliberadamente a debater com o PCP os aspectos essenciais desta crise e uma alternativa comum, democrática, para a sua solução. É sobremaneira evidente que o PS continua a envolver-se nos seus compromissos à direita e a repelir qualquer compromisso sério com o PCP e as outras forças democráticas.

Certos actos e declarações públicas do PS e de alguns dos seus principais dirigentes fazem lembrar as circunstâncias negativas que rodearam a formação do I e II governos dirigidos pelo dr. Mário Soares. Ainda recentemente no "American Club", o secretário-geral do PS, de mistura com graves afirmações antiooperárias, voltou a proferir os seus velhos ataques

e palavras inamistosas para com o PCP. É significativo o que tenha feito neste momento de crise e no local onde o fez. Outros dirigentes socialistas têm igualmente proferido conceitos idênticos relativamente ao Partido Comunista Português, embora numerosos outros dêem mostras de uma intenção unitária absolutamente necessária no momento actual.

Mesmo no comunicado final da reunião da Comissão Directiva do PS, na madrugada de quarta-feira, são feitas considerações anticomunistas absolutamente gratuitas. Porquê e para quê? Que objectivos se pretendem servir e a que interesses obedecem tais considerações?

Os trabalhadores, e em primeiro lugar os trabalhadores socialistas, e todos os democratas portugueses tirarão do comportamento equívoco do PS as necessárias conclusões, tanto mais que ele não pode ser desligado de novos deslizes para a direita em questões da máxima importância do movimento operário e popular do nosso país.

Referimo-nos à não retirada do projecto de lei sindical divisionista de Gonalves; à insistência de impor normas inconstitucionais que colidem com as tradições de organização e de independência do movimento operário português na nova proposta de lei do PS para as Comissões de Trabalhadores, que têm em vista destruir estruturas que a luta da classe operária portuguesa tornou imperativas e necessárias; às hesitações na revisão da lei Barreto por concessões à direita, e tendências a ceder às pressões dos "inadiáveis" da ASDI para manter de pé a Lei do Arrendamento Rural, dos senhorios ricos, da autoria do PPD, ao abrigo da qual centenas de agricultores rendeiros estão a ser expulsos de terras que amanhã há muitos anos em troca do compromisso da formação de um V Governo entre ambas as organizações políticas.

Os trabalhadores e o Povo português em geral têm todas as razões para estarem apreensivos com a hipótese de um tal governo quando se ouvem dirigentes do PS criticarem o governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS por não decretarem aumentos de preços — como o da gasolina, da electricidade e outros — e ainda os impostos, deixando para um futuro governo estas medidas "antipáticas" ao povo.

São questões como estas e outras que o PCP na Nota da Comissão Política considera necessário esclarecer quando está em debate, numa forma equívoca e não democrática, entre o PS e a ASDI a formação de um V Governo como alternativa ao governo demitido Mota Pinto/PPD/CDS.

Os significativos pedidos de esclarecimento dos "inadiáveis" da ASDI ao Presidente da República no

sentido de um empenhamento directo deste órgão de soberania na formação de um V Governo — empenhamento de que o PCP sempre discordou em ocasiões anteriores pelos seus efeitos desestabilizadores num sector do Poder político em que é imperioso salvaguardar o poder de intervenção em situações intrincadas em que a Revolução portuguesa tem sido fértil — e a resposta da Presidência da República recusando esse empenhamento, podem representar a definitiva inviabilização da hipótese de um V Governo e o necessário recurso à terceira alternativa avançada pelo general Ramalho Eanes — a das eleições intercalares.

A Nota da Comissão Política retoma os argumentos desde há dois anos expostos pelo PCP em defesa do recurso a eleições intercalares como alternativa rigorosamente constitucional.

É evidente que os prejuízos que advêm duma sequência agravada de actos eleitorais que se processarão até 1981 são consideravelmente inferiores aos que advêm ao País de uma arrastada indefinição política que favorece as especulações, destituídas de miolo, da direita e da extrema-direita.

Ao contrário do que pretendem fazer cer Sá Carneiro e Freitas do Amaral, que num golpe de prestidigitação estão agora a chamar de "intercalares" eleições que reivindicavam inconstitucionalmente de "antecipadas", só a reacção tem razões para lhes temer o resultado.

As eleições intercalares que aparecem como hipótese mais viável no momento actual, realizadas depois da formação prévia de um governo de gestão "que cumpra rigorosamente a Constituição, se mantenha nos limites do andamento corrente dos negócios de Estado, cesse as actuações contra as conquistas democráticas do Povo português, dê provas de espírito de diálogo e de isenção, assegure o respeito pelas liberdades e direitos dos cidadãos e garanta o pluralismo nos meios de comunicação social do Estado e condições verdadeiramente democráticas na preparação e realização do acto eleitoral" — como é sublinhado na Nota da Comissão Política — assegurarão uma nova e grande vitória das forças democráticas e uma nova e séria derrota das forças reacçãoárias.

O PS, que tem razões para temer uma quebra no seu eleitorado, não as tem, contudo, para recuar um resultado desfavorável à democracia e ao 25 de Abril. O PCP insiste em que tudo deve ser feito "neste momento crucial para aproximar e unir todos quantos consideram necessário defender e consolidar o Portugal de Abril".

Que as forças verdadeiramente democráticas o compreendam — e em primeiro lugar o PS e os seus dirigentes que têm um papel decisivo nos destinos actuais da democracia portuguesa.

Delegação do PCP visita a Bulgária

A convite do Comité Central do Partido Comunista Búlgaro uma delegação do Comité Central do Partido Comunista Português realizou uma visita de amizade à Bulgária entre os dias 2 e 9 de Julho.

A delegação do PCP foi constituída pelos camaradas Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC; Raimundo Cabral, suplente à Comissão Política do

CC e Jerónimo de Castro, membro do CC.

Em diversos encontros a delegação portuguesa avistouse e teve conversações com os camaradas Pencho Kubadinsky, membro do Bureau Político do Partido Comunista Búlgaro e Presidente da Frente da Pátria, Vladimir Bonov, membro do Bureau Político e Presidente da Assembleia Nacional da Bulgária,

Todor Stoichev, membro suplente do Bureau Político e primeiro secretário do Comité Distrital de Varna e Dimitri Stanichev, membro do Secretariado do Comité Central.

A delegação do PCP visitou diversos departamentos estatais e de ensino, unidades agrícolas, industriais, de saúde, de turismo e outras, e tomou contacto com as grandes realizações da Bulgária socialista.

As conversações decorreram no ambiente caloroso, de amizade e camaradagem que caracteriza as relações entre os dois partidos, permitiram uma mútua informação e troca de experiências sobre a situação nos respectivos países e a actividade dos respectivos partidos e confirmaram uma larga coincidência de pontos de vista na análise da situação internacional e dos problemas do movimento comunista internacional.

Solidariedade com os povos árabes

Nos dias 7 e 8 realizou-se em Paris um Colóquio Internacional Preparatório da "Conferência Mundial de Solidariedade com os Povos Árabes e a sua causa central: a Palestina", que se realizará em Lisboa de 2 a 6 de Novembro.

O PCP esteve representado naquele Colóquio por António Abreu, membro suplente do CC do PCP.

No Colóquio que foi subordinado ao tema "As consequências da ocupação sionista dos territórios árabes", participaram, para além de elementos do Secretariado Internacional Preparatório da Conferência e de numerosas personalidades, repre-

sentantes de 56 partidos políticos e organizações de massas de 29 países. No comunicado final é firmemente condenada a agressão imperialista e sionista no Médio Oriente e manifestado apoio à luta do povo palestino pelo reconhecimento dos seus direitos nacionais.

Os participantes do Colóquio Internacional analisaram e denunciaram as violações dos Direitos do Homem praticadas pelos israelitas nos territórios árabes ocupados, condenaram vigorosamente a política sionista dos colonatos nestes territórios, particularmente na Cisjordânia e em Gaza, bem como a política de repressão sobre as populações civis,

o emprego sistemático da tortura contra os prisioneiros árabes nos cárceres israelitas, as detenções em massa, a detenção administrativa, os maus tratos sobre a população árabe e a destruição das suas casas.

Foi igualmente condenada a anexação de certas partes dos territórios árabes ocupados, a confiscação e expropriação de bens árabes, a pilhagem de bens arqueológicos e culturais, a exploração ilegal das riquezas e recursos naturais das terras árabes ocupadas. Denunciaram, por outro lado, os entraves israelitas às actividades escolares e educativas e à difusão da cultura árabe nas escolas e universidades dos territórios árabes ocupados.

Examinando a situação no Sul do Líbano, os participantes denunciaram a contínua agressão sionista contra as populações civis libanesas e palestinas, submetidas há mais de 80 dias a ataques e bombardeamentos, e exprimiram a sua total solidariedade com o povo libanês e o movimento nacional libanês.

Foi ainda constatado que a aplicação dos acordos de Camp David agravam as ameaças contra a paz na região e no mundo, reforçam a presença imperialista no Próximo Oriente, concretizada pela aliança entre os EUA, Israel e o Egipto e visam minar a unidade do povo palestino e eliminar o seu único representante legítimo, a OLP.

Nota da Comissão Política do Comité Central do PCP sobre a saída da crise

• As duas saídas constitucionais e democráticas

1. Desde há cerca de 2 anos, o PCP tem apresentado duas soluções constitucionais possíveis para a crise política que desde então se prolonga com sucessivas crises governamentais: ou com um governo democrático com apoio maioritário na Assembleia da República, ou eleições intercalares

com a formação de um governo de gestão.

Com o desenvolvimento recente da situação política e designadamente com a queda do Governo Mota Pinto e a urgência da sua substituição em virtude da sua actuação inconstitucional, arbitrária e ditatorial, a concretização de uma destas duas hipóteses entrou na ordem do dia.

• Características e base de um governo democrático

2. Um governo democrático implica a párgem imediata da ofensiva contra os trabalhadores e contra as conquistas da revolução (designadamente a Reforma Agrária, as nacionalizações, o controlo de gestão) e a rectificação da política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista e uma orientação e actuação rigorosamente conformes com os princípios constitucionais.

O PCP tem reiteradamente insistido, na Assembleia da República, existe uma maioria numérica de deputados do PS e do PCP. O PCP tem

relembrado a necessidade de um entendimento entre o PCP e o PS como condição para a formação de um governo democrático. Se o PS se entendesse com o PCP na base do respeito pela Constituição e duma política de consolidação do regime democrático e das conquistas da revolução, seria possível a formação de um governo democrático até 1980.

Verifica-se entretanto que o PS nunca mostrou verdadeiro interesse em examinar com o PCP a formação de um governo democrático, na base de um acordo entre o PCP e o PS.

• A hipótese de um governo PS-ASDI

3. Com o desenvolvimento da situação nos últimos dias tomou corpo a hipótese de uma saída da crise na base de um acordo do PS com dissidentes do PPD (ASDI).

No referente aos objectivos do governo constituído numa tal base, a concretizar-se a sua formação, o PCP expressa sérias apreensões acerca do prosseguimento pelo PS da sua orientação no I e II Governos Constitucionais, apreensões agravadas com a insistência na aprovação da Lei Gonalves e da Lei sobre as Comissões de Trabalhadores e com declarações feitas no Clube Americano pelo secretário-geral do PS. Causam também sérias apreensões a fragilidade política do grupo dos dissidentes do PPD (ASDI) e as suas exigências feitas publicamente como condição de um acordo governamental com o PS, designadamente um compromisso do PS de que

não votará alterações à Lei Barreto e à Lei PPD do arrendamento rural (lei dos senhorios ricos).

Repetidas vezes, o PCP declarou a sua prontidão a examinar com o PS e outros sectores democráticos (sem discriminação) todas as questões relativas à formação do novo governo.

O PCP considera necessário esclarecer a opinião democrática de que estando-se em vésperas de decisões acerca da formação do novo Governo, o PS (não dando seguimento às constantes insistências do PCP para um exame conjunto da situação e das possíveis soluções), não mostrou qualquer interesse em examinar com o PCP as questões relativas à composição, programa e actuação de um futuro governo promovido pelo PS.

O PCP é completamente

estranho a diligências e negociações do PS e dissidentes do PPD para a formação de um novo governo. Desconhece os planos e projectos correspondentes.

Por isso não está nem directa nem indirectamente vinculado a eventuais

propostas para a formação do novo governo.

No caso de vir a ser formado tal governo, a atitude do PCP — como já tem sido afirmado — dependerá da sua composição política, do seu programa e da sua previsível actuação.

• As eleições intercalares

4. Apesar dos inconvenientes que oferece a realização de eleições intercalares quando se tem obrigatoriamente de realizar eleições para as autarquias, para a Assembleia da República e para a Presidência da República no curto espaço de um ano, as eleições constituem uma solução válida expressamente prevista e indicada na Constituição.

Eleições intercalares, realizadas segundo as normas constitucionais, significam que a Assembleia da República eleita não tem poderes de revisão constitucional.

Eleições intercalares exige, com a imediata cessação de funções do exonerado Governo Mota Pinto, a formação de um governo

de gestão que cumpra rigorosamente a Constituição, se mantenha dentro dos limites do andamento corrente dos negócios do Estado, cesse as actuações contra as conquistas democráticas do povo português, dê provas de espírito de diálogo e de isenção, assegure o respeito pela liberdade e direitos dos cidadãos e garanta o pluralismo nos meios de comunicação social do Estado e condições verdadeiramente democráticas na preparação e realização do acto eleitoral.

Não se concretizando rapidamente a saída para a crise com a formação de um novo governo com uma política democrática o PCP, como repetidas vezes tem insistido, pronuncia-se pela realização de eleições intercalares para a Assembleia da República no prazo de tempo o mais rápido possível.

• Unidade dos democratas e patriotas

5. O facto de as saídas para a crise, que no concreto se apresentam como possíveis no momento actual, serem soluções constitucionais, significa que, pelo menos por agora, sofreram um rude golpe e estão afastados os planos inconstitucionais da reacção (abolição do voto proporcional, anulação das eleições de 1980, referendo, poderes constituintes da Assembleia a eleger, eliminação dos limites materiais da revisão constitucional e da exigência de uma maioria de dois terços, etc.) A reacção não desiste porém dos seus planos e voltará à carga. A situação continua a ser extremamente complexa. Os perigos para a democracia não estão afastados.

A situação exige o entendimento e a acção comum de todos os democratas e patriotas na defesa das liberdades e das outras conquistas da revolução (designadamente da Reforma Agrária, das nacionalizações, e controlo de gestão), na consolidação do regime democrático consagrado na Constituição.

Neste momento crucial, tudo deve ser feito para aproximar e unir todos quantos consideram necessário defender e consolidar o Portugal de Abril. Pela sua parte o PCP guiar-se-á na sua actividade pela compreensão desta necessidade imperiosa.

Lisboa, 10 de Julho de 1979

A Comissão Política do Comité Central do Partido Comunista Português

Avante!

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português. Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699-Lisboa-CODEX. Tel. 768345.

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, SARL, Av. Santos Dumont, 57-3.º D.º — 1000-Lisboa. Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soeiro Pereira Gomes — 1699-Lisboa-CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO:

CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57-2.º D.º — 1000-Lisboa. Tel. 779626/779625.

Centro Distribuidor de Lisboa: Av. Santos Dumont, 57-C/v — 1000-Lisboa. Tel. 769705. (Abrangem os distritos de Lisboa, Santarém e Setúbal).

Casa de Venda em Lisboa: Rua do Século, 80 — 1200-Lisboa. Tel. 372238.

Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000-Porto. Tel. 28939.

Casa de Venda: R. do Almada, 18-2.º Esq. — 4000-Porto. Tel. 310441.

Centro Distribuidor do Centro: Rua 1.º de Maio 186, Pedrouzha — 3000-Coimbra. Tel. 31286.

Centro Distribuidor do Alentejo: Alcacova de Baixo, 13 — 7000-Evora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor do Algarve: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000-Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS:

Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq. — 1000-Lisboa. Tel. 779626.

PUBLICIDADE CENTRAL:

Av. Santos Dumont, 63-A — 1000-Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq. — 4000-Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO:

R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700-Amadora. Tel. 900044.

Composto e impresso na Haska Portuguesa R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700-Amadora.

Tiragem média do mês de Junho: 79 970



A Festa do «Avante!»

A Festa do «Avante!» galvaniza amplas massas.

O caso da Festa do «Avante!» mostra bem que não basta estarem assegurados na Constituição as liberdades e direitos dos cidadãos. É indispensável também que os cidadãos, designadamente os trabalhadores, tenham à sua disposição os meios necessários para o exercício dessas liberdades e direitos.

O que sucede é que o Governo e as forças reaccionárias (recusando edifícios, instalações, estádios, para as iniciativas populares) estão de facto limitando gravemente as liberdades e os direitos consagrados na Constituição.

Como todos se lembram, a primeira Festa do «Avante!», em 1976, foi realizada nos pavilhões da FIL de Lisboa. O sucesso



FIL - Setembro de 1976

foi enorme e por isso, a partir daí, a FIL, recuperada pelo patronato reaccionário, recusou a cedência das instalações. Cederam a FIL para tudo, até para exhibições de cavalos nos salões, mas recusaram-na para aquilo que se tornou a mais grandiosa, mais participada e mais humana das Festas realizadas em Portugal.

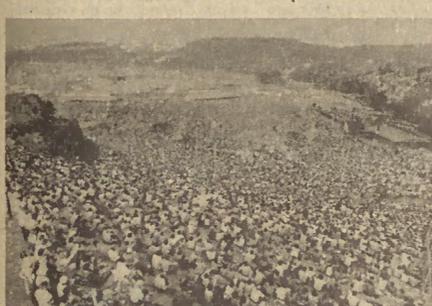
Nos dois anos seguintes foi o Jamor. Aqueles que cederam o Jamor pensavam



Jamor - Setembro de 1977

que o Partido se iria afundar na imensidão dos matagais do grande terreno abandonado e distante. Afinal a Festa no Jamor teve um grandioso sucesso com afluência de massas jamais vista em Portugal.

Por isso recusaram o Jamor para este



Jamor - Setembro de 1978

ano, sem qualquer razão que não seja impedir a realização da Festa.

As dificuldades para encontrar novo terreno foram imensas, e o único terreno de que podemos agora dispor está virgem e precisa ser totalmente tratado. Para se fazer a Festa é necessário um esforço imenso e elevados gastos. É, sem qualquer dúvida, necessário um gigantesco trabalho. A questão pós-se à Direcção do Partido: fazer ou não fazer a Festa do «Avante!»? Decidimos fazê-la.

Provaremos mais uma vez que o PCP não é Partido que se vergue às dificuldades ou que volte a cara ao trabalho, por mais



Ajuda - Julho de 1979

duro que seja. Confiamos em que o Congresso aprovará esta decisão.

A Festa do «Avante!» será, uma vez mais, tanto uma grande realização como uma grande vitória política do Partido e do povo contra as forças da reacção.

«Avante com Abril» — Relatório da actividade do Comité Central ao IX Congresso do PCP apresentado pelo camarada Álvaro Cunhal — Págs. 114/115.

Aquelas pedras todas...

Nestas primeiras semanas de trabalho, uma realidade tem ocupado as preocupações de todos os que vão até ao Alto da Ajuda: as pedras!

São pedras de todos os tamanhos, grandes, pequenas e médias, castanhas e bem arredadas de uma forma geral, espalhadas por todo o terreno, pedras que quando se levanta uma aparecem duas por baixo — enfim, uma trabalhadeira!

Milhares e milhares dessas pedras estão já empilhadas e foram empilhadas à mão, retiradas para limpeza do terreno pelo duro trabalho, à torreira do sol, costas vergadas, de centenas e centenas de camaradas que já erguem a nossa Festa — de facto a partir do chão.

É caso para dizer que esta nossa Festa não foi feita a partir do nada: foi feita a partir das pedras...

Muitos camaradas e amigos se têm interrogado sobre duas coisas: por um lado, porque carga d'água há tanta pedra naquele terreno; por outro, porque não se têm utilizado meios mecânicos (bulldozers, pás transportadoras) para remover tudo aquilo e limpar tudo aquilo.

Para ambas as coisas há explicação!

A serra de Monsanto (numa encosta da qual se encontra o «nosso» terreno) tem origem vulcânica: há muitos milhares de anos existiram naquela zona três vulcões do há muito extintos, um dos quais se terá situado exactamente na zona central da serra, por alturas do Alto da Serafina. Das crateras desses vulcões saíram torrentes de lava que formaram

a serra com um manto do que é hoje duríssimo basalto. Sobre esse basalto formou-se uma fina camada de terra que, em alguns pontos, quando Lisboa não excedia ainda os limites do que é hoje o Rossio e em que Belém era mais do que fora de portas, foi semeada e lavrada.

Concretamente, a encosta do Alto da Ajuda faz parte das propriedades do Marquês de Pombal e foi semeada durante séculos por searas de trigo que constituíram uma parte importante do abastecimento da capital.

Durante séculos, as relhas dos arados puxados a bois e seguros nos braços de gerações de camponeses rasgaram a fina camada de terra e embateram no basalto, quebrando-o, partindo-o, tentando enriquecer mais um terreno difícil.

São essas pedras, fruto do suor semeador de séculos atrás, que hoje povoam aquela encosta integrada numa grande zona verde da cidade de Lisboa.

Mas então, porquê não retirar as pedras com máquinas?

A explicação ficou já no que foi contado: a camada de terra que cobre a manta de basalto que lá continua é muito fina e tem de ser conservada consistente e compactada. Se se fizerem grandes movimentos de terras naquela encosta, chegando as chuvas do próximo inverno, a fina camada de terra deslizará encosta abaixo e o terreno onde hoje fazemos a Festa poderá transformar-se numa encosta árida e escaldada. Ao retirarmos, uma a uma, à mão, tantas e tantas pedrinhas, continuamos a semear aquela encosta, defendendo-a e conservando-a.

Estafeta Alcobaça-Lisboa — uma ideia em marcha

Conforme anunciámos na nossa última edição, realizou-se sábado passado em Lisboa a primeira reunião da Comissão Organizadora das actividades desportivas da Festa do «Avante!», a que estiveram presentes representantes de todas as Organizações Regionais, excepto Beiras, Santarém e Alentejo.

No decorrer da reunião foram estabelecidas as linhas gerais do que vai ser a participação do desporto na Festa, tendo sido particularmente sublinhada a necessidade de iniciar desde já os torneios que, através de uma fase preparatória, indicarão os finalistas que actuarão durante os

dias da Festa. Nesse sentido, publicamos neste número alguns dos regulamentos das modalidades respectivas.

O futebol, o xadrez, as damas, a ginástica, a corrida e marcha e os jogos populares e tradicionais terão este ano novamente um lugar de destaque. Isto não impede que outras modalidades sejam incluídas nas iniciativas que, durante Julho e Agosto, as organizações locais levem a efeito integradas na promoção e preparação da Festa do «Avante!».

Foi igualmente acentuada no decurso da reunião a necessidade urgente de, a nível regional e concelhio, serem reactivadas, ou

Vender a EP é construir a Festa

Vender a EP é uma tarefa essencial para todas as organizações e todos os militantes do Partido.

É uma verdade que todos aceitamos, é uma conclusão normal da ideia que todos têm de que a Festa do «Avante!» é uma importantíssima realização do nosso Partido à qual há que levar sempre mais e mais trabalhadores, mais e mais gente.

O que por vezes já não parece ser tão claro é que é necessário começar desde já a vender a EP e em força. É um profundo erro pensar que, afinal, tanto faz vender uma EP agora como na véspera da Festa — o que interessa é assegurar que as pessoas lá vão e que daí resulte também, o equilíbrio financeiro da Festa.

A questão reside no facto de que, exactamente para assegurar esse equilíbrio financeiro, é necessário ter em conta que as despesas da Festa já começaram. Quando é necessário alugar uma camioneta para fazer um transporte, comprar ferramentas ou sinalizar materiais que vão ser necessários para a montagem, há que dispor desde já de meios financeiros para fazer face a estas despesas.

E todos sabemos que no nosso Partido, partido da classe operária e dos trabalhadores, não há «sacos azuis», reservas ou fontes pouco claras de dinheiro: a Festa do «Avante!» é o fruto do trabalho abnegado de milhares e milhares de militantes

comunistas e movimentados os fundos que ela própria proporciona: se estamos à espera que eles apareçam no fim, como poderemos enfrentar as exigências do princípio?

A EP manteve o seu preço, apesar de todos os custos de materiais terem subido. Ao tomar-se essa decisão teve-se naturalmente em conta os resultados que a política de recuperação capitalista, latifundista e imperialista tem tido nas condições de vida da grande maioria daqueles que em Setembro estarão no Alto da Ajuda: os trabalhadores. Mas, mesmo assim, é, infelizmente, natural que os 120\$00 pesem no orçamento de quem defronta a escalada dos preços e a política reaccionária do congelamento de salários.

Mas é também exactamente porque lutamos contra esta política, contra uma política que visa estrangular tudo quanto os trabalhadores e as forças democráticas já construíram em Portugal, que vamos realizar a nossa Festa, que, contra todas as sabotagens e obstruções, os comunistas e os trabalhadores a realizarão.

Vender e comprar desde já a EP é uma forma de assegurarmos a realização de uma grande iniciativa popular e democrática, uma grande iniciativa do Partido de Abril.

Perguntar: «Já tens a tua EP?» é uma tarefa! É uma tarefa imediata!

A Festa já começou!

O trabalho tem sido duro — e continuará a sê-lo.

Mas há grandes e profundas alegrias, além mesmo da que vem de construirmos a Festa do «Avante!».

No passado fim-de-semana, oitenta camaradas do distrito de Leiria (Marinha Grande, Caldas da Rainha, Leiria, Peniche, Batalha) vieram de rota batida por aí abaixo e chegaram à Ajuda para se

lançarem às tarefas que houvesse. Cavararam, acarretaram, limparam, puxaram, empurraram — enfim, fizeram o que havia para fazer.

Além da sua dedicação, do seu entusiasmo, da sua experiência de trabalhadores e da sua determinação de comunistas, os camaradas trouxeram naquele dia mais uma coisa: o almoço! Concretamente, umas caixas de

sardinhas que pelo meio-dia começaram a passar pelas brasas.

Mas aquelas sardinhas chegaram para muitos e os camaradas que vieram lá de cima de Leiria convidaram muitos outros que labutavam também na Ajuda para partilharem o seu almoço como todos haviam partilhado o trabalho.

Tal como tem sido desde que para ali arrancámos, já há Festa! Na fraternidade de nos encontrarmos do Norte e do Sul, de nos conhecermos, de falarmos uns com os outros, de trabalharmos juntos e lutarmos juntos.

No próximo fim-de-semana, os camaradas de Leiria voltam. Tal como os de Vila Franca, os de Lisboa, os de Setúbal, os de Almada, do Barreiro, de Grândola, de Coimbra!



A exposição de artes plásticas realizada na Festa do Jamor (a primeira no Jamor) constituiu um importante acontecimento no meio artístico e cultural português. Tudo parece encaminhar-se no sentido de que a nossa Festa passe a contar com uma bienal de artes plásticas, ou seja, uma grande exposição de dois em dois anos.

Na verdade, ensina a experiência que um período de dois anos corresponde de uma forma geral à renovação do trabalho dos artistas, à produção de novas obras e à procura de novas formas e ideias: em todo o mundo, o ritmo bienal é comum nas grandes iniciativas de artes plásticas.

É assim, pois, que este ano, no Alto da Ajuda, novamente os milhares de visitantes da Festa vão poder contactar com obras tantas e tantas vezes confinadas às escassas salas de exposição do nosso país (quando não apenas de Lisboa), ao mesmo tempo que os artistas (do Partido e não só) poderão ter a alegria de encontrar milhares e milhares de trabalhadores.

OS camaradas que trabalham em questões de cinema têm defrontado na nossa Festa dificuldades de todo o tipo: não tem sido fácil criar recintos escuros para a projecção e, especialmente, a audição dos filmes é muitas vezes difícil no ruidoso recinto. Parece que este ano descobriremos o ovo de Colombo! Na verdade, está a organizar-se uma mostra de cinema mudo, incluindo clássicos de cinematografia portuguesa praticamente esquecidos. Será uma esplêndida contribuição para o conhecimento de obras importantes e uma valorização do património cultural nacional, esforço que os comunistas têm tido papel relevante.

UM dos problemas que mais tem sido discutido na preparação e planificação da Festa é o dos transportes. No Alto da Ajuda não contaremos com o comboio que no Jamor chegava quase à porta, embora a proximidade da cidade facilite muito as coisas. Em todo o caso, as questões de estacionamento de automóveis são complexas e desde já se torna evidente que haverá toda a vantagem em recorrer aos transportes colectivos e evitar querer ir de automóvel mesmo mesmo mesmo até à entrada: os riscos de engarrafamento são muito reais!

O cartaz da Festa de 1979 está já em fase de acabamento e traz algumas novidades. O seu autor é o mesmo dos cartazes das Festas da Alegria em Braga, bem como dos autocollantes editados para a reconstrução do Centro de Trabalho de Braga e que tiveram grande procura entre a multidão de colecionadores.

Vindo do Norte até Lisboa para ver o local, o camarada escolheu um ângulo para a nossa Festa que muito vai agradar aos camaradas que vierem do Sul! Trata-se de um cartaz «ponto de encontro» do Norte e do Sul!

NOS «stands» da Organização Regional das Beiras foram concludentemente devorados o ano passado nada mais do que 80 legítimos leitões da Bairrada! Face ao repetido êxito do ano passado, os camaradas da região parecem já preparar já um abastecimento daquela bicharada.

A Festa do «Avante!» já tem naturalmente, ao lado da história que já é, uma multidão de pequenas histórias... Numa reunião de preparação recordou-se, aqui há dias, uma passada na FIL em 1976:

alguns camaradas de Seia trouxeram uma ninhada de cachorrinhos Serra da Estrela para vender: ao fim de poucas horas estavam todos transaccionados! Face a semelhante êxito, um camarada de Lisboa que trabalhava num «stand» ao lado recordou-se que, no seu quintal, surgira na véspera ou antevéspera uma ninhada de gatos... No dia seguinte os bichanos apareceram no «stand» para venda... e venderam-se todos!!!

A Comissão de Espectáculos da Festa está a desenvolver esforços que parecem bem encaminhados para trazer a Lisboa uma grande figura da música popular mundial: trata-se de Sergio Ortega, o cantor e compositor chileno autor, entre outras canções, do célebre «Vençeremos» e «El Pueblo Unido».

Exilado na Europa desde o golpe fascista de Pinochet, Sergio Ortega é considerado um dos mais importantes representantes da música popular e política em todo o mundo e um firme e dedicado militante comunista. «Avante!» publicou no seu número de 8 de Março deste ano uma entrevista com Sergio Ortega recolhida em Berlim, capital da RDA, durante a realização do Festival da Canção Política organizado anualmente pela FDJ.

ATÉ aos dias da Festa, já sabe quais são as carreiras de autocarros e eléctricos pelas quais se pode ir para o Alto da Ajuda trabalhar na preparação?

Aqui ficam: Autocarros: carreiras n.º 14 (Praça da Figueira-Oureira, passando pelo Camarões da Ajuda); 23 (Desterro-Algés, idem); 40 (Praça de Londres-Boa Hora) e 42 (Madre de Deus-Casalinho da Ajuda).

Eléctricos: Carreira n.º 18 (Praça do Comércio-Casalinho da Ajuda).

Semana

4 Quarta-feira
1976 - Com a presença de 500 participantes realiza-se o I Encontro de Rendeiros Algarvios.

O ministro da Justiça aceita o pedido de demissão apresentado por toda a equipa directiva da Polícia Judiciária. É ratificado o Acordo Geral de Cooperação entre Portugal e a República Popular de Angola. Um estudo sobre "Evolução do nível de vida dos trabalhadores e a política de rendimento dos sucessivos governos constitucionais", elaborado pela CGTP/IN, salienta que o salário líquido dos trabalhadores portugueses apenas aumentou de 1974 a 1975 e desde então não mais parou de descer, a um ritmo elevado. Deslocando-se a pé, os mineiros da Panasqueira, acompanhados dos familiares, concentram-se na Covilhã, como forma de luta pela satisfação das suas reivindicações.

5 Quinta-feira
1932 - Salazar ocupa o cargo de chefe do governo. Era o consolidar da ditadura fascista.

Segundo informa o Comando-Geral da PSP, durante o corrente ano foram expulsos 18 agentes da corporação. A União das Associações da Indústria Hoteleira e Similares do Norte decide boicotar a aquisição de cerveja, em protesto pelo aumento do custo de cações sobre as grades. Para presidente do Supremo Tribunal Administrativo é nomeado o conselheiro António José Simões de Oliveira. Um acordo de incidência governamental é assinado em Lisboa pelos representantes do CDS, PPD e PPM. A nova coligação de direita passa a denominar-se "Aliança Democrática para uma nova maioria". No semanário "Acção Socialista", Mário Soares defende que "há que pôr cobro quanto antes" à acção do Governo demitido de Mota Pinto. O MARN exige da AR a discussão e aprovação das alterações à Lei do Arrendamento Rural. A Aliança das Ligas Agrícolas do Norte faz circular um abaixo-assinado exigindo um subsídio para o gásóleo. Os trabalhadores da Transejo paralisam das 10 às 17 horas. Manifestações contra a chamada lei Gomelha realizam-se em Benafente, Montemor-o-Novo e Vendas Novas.

6 Sexta-feira
1978 - É lida a sentença da rede bombista. Dos 16 réus só cinco são condenados... e a penas suaves.

Surge revelações que confirmam o envolvimento do Governo Mota Pinto na autorização de venda de material de guerra português ao regime ditatorial da Nicarágua. Os dirigentes dos quatro maiores partidos representados na AR são recebidos pelo Presidente da República. No final, um comunicado da Presidência salienta que "tendo em conta os resultados negativos obtidos nesta última fase de reuniões", o Presidente da República "decidiu apenas aguardar que nos próximos dias lhe seja apresentada uma possibilidade de solução de exclusiva iniciativa partidária, com apoio maioritário expresso". Na Voz do Operário, começam os trabalhos do Tribunal Cívico sobre a Reforma Agrária. O Grupo Parlamentar do PCP apresenta na AR um projecto de lei sobre delimitação e coordenação das actuações da administração central, regional e local relativamente aos respectivos investimentos. A APU do Porto denuncia o aumento das tarifas da água que o executivo camarário prepara. O Supremo Tribunal Administrativo indefere o recurso interposto pelo coronel Pires Veloso da decisão do Conselho da Revolução de não o promover a brigadeiro.

7 Sábado
1664 - Na batalha de Castelo Rodrigo, as tropas portuguesas, muito inferiores em número às tropas espanholas, alcançam a vitória. Este foi o encontro mais importante da Guerra da Restauração.

Em Portimão, realiza-se o primeiro encontro de municípios do concelho, promovido pela APU. No Laboratório Nacional de Engenharia Civil terminam os trabalhos do Simpósio sobre o Aproveitamento do Alqueva, organizado pela Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos. Em diversos pontos do país é assinado o Dia Mundial da Cooperação. O presidente do grupo parlamentar do CDS, Rui Pena, acusa o Presidente da República de "tentar a ruptura do acordo entre o CDS, PPD e PPM" com o seu recente comunicado sobre a situação política. A Juventude Social Democrata defende a abolição do serviço militar obrigatório no decurso do II Encontro Distrital de Lisboa dos Quadros da JSD. Considerando demagógica a política do Governo Mota Pinto quanto ao preço dos combustíveis, o presidente da Associação dos Armadores das Pescas Industriais denuncia os preços praticados nos gasóleos: 13500 para os barcos de pesca e 10500 para os carros privados e táxis, donde se conclui que o Governo prefere subsidiar a circulação privada.

8 Domingo
1930 - É decretado o "Acto Colonial" que proclama os princípios coloniais fascistas.

Com a condenação dos crimes do MAP contra a Reforma Agrária terminam os trabalhos do Tribunal Cívico que na Voz do Operário analisou aquele assunto. O Centro Nacional de Cultura promove uma visita guiada ao Aqueduto das Águas Livres. Num altura em que a questão da legalização do aborto prende as atenções da maioria do país, um nado-morto é encontrado numa lixeira na Estrada dos Salgados, à Brandão. Realiza-se em Lisboa o Encontro Distrital de Autarquias do MDP/CD. No encerramento das comemorações do Dia da Marinha, o almirante Sousa Leão declara no Porto que "a lembrança das glórias passadas não pode ser saudística nem alienante das duras realidades do presente". Em Paranhos, durante o convívio promovido pelo seu partido, Mário Soares declara que só em último recurso e apenas no caso de não haver outra saída possível para a crise, o PS aceitará a realização de eleições intercalares. Álvaro Cunha participa em comícios em Grândola e Baixa da Banheira. Nesta última localidade o secretário-geral do PCP salienta que "no quadro do regime democrático actual cairá qualquer outro governo que queira continuar ou repetir a mesma política de liquidação das conquistas da Revolução".

9 Segunda-feira
1974 - O primeiro-ministro Palma Carlos pede a demissão.

Um forte aparato policial acompanha o regresso da administração Feteira às instalações da fábrica do mesmo nome. O general Ramalho Eanes dá posse ao novo vice-chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, general Altino de Magalhães. Criticando o comunicado da Presidência da República, Freitas do Amaral, em Moscovide, declara que a formação de um V Governo não dá garantias de democraticidade plena para eleições, antes possibilita a manipulação do aparelho de Estado e dos meios de comunicação social. A propósito da eventual formação de um V Governo com o PS, a Associação Social Democrata Independente faz depender a sua participação da resposta de Belém a quatro perguntas formuladas em comunicado tornado público.

10 Terça-feira
1975 - Os ministros do PS abandonam o IV Governo Provisório.

Em relação ao comunicado-interrogatório da ASDI, um porta-voz da Presidência da República esclarece que "a terceira hipótese apresentada no comunicado do dia 6 é clara: trata-se de um governo da exclusiva iniciativa partidária com apoio maioritário expresso e com duração até 1980". Acrescenta que "não há qualquer razão para uma resposta do Presidente da República". Na Portucel, em Viana do Castelo, uma lista unitária vence as eleições para a Comissão de Trabalhadores. "O PCP é completamente estranho a diligências e negociações do PS e dissidentes do PPD para a formação de um novo governo" — refere uma nota da Comissão Política deste partido. A nota acrescenta que "o PS (não dando seguimento às constantes insistências do PCP para um exame conjunto da situação e das possíveis soluções) não mostrou qualquer interesse em examinar com o PCP as questões relativas à composição, programa e actuação de um futuro governo promovido pelo PS".

Os Comunistas na Assembleia da República

Comunicação Social, emigrantes e deputados independentes: temas das últimas sessões plenárias

A aprovação de dois projectos de lei sobre emigrantes (um da iniciativa do PCP e outro do PS) de um lote de três sujeitos a discussão — pois o CDS acabou por retirar à última hora o seu projecto — e de um «pacote legislativo» sobre temas da comunicação social, a par da aprovação na generalidade do projecto de resolução sobre alterações ao Regulamento da AR, foram os temas dominantes do período de trabalho parlamentar dos últimos dias, integrado na sessão suplementar que decorrerá até ao final do presente mês de Julho.

Os projectos de leis sobre emigrantes aprovados na generalidade contemplam a criação do Instituto de Apoio ao Emigrante (PS) e das Comissões Consulares de Emigrantes (PCP). Ambos os projectos contaram com a oposição mais ou menos velada dos partidos da direita, de que foi sintomático, aliás, o facto de o CDS, à última hora, ter retirado da votação o seu próprio projecto que era, com alterações, uma nova versão do projecto apresentado em Dezembro pelo PCP sobre as Comissões Consulares de Emigrantes.

Quanto à discussão do «pacote legislativo» sobre comunicação social — unanimemente reconhecido como necessário porém insuficiente — refira-se que ele incidiu sobre

diplomas contemplando a Lei da Radiotelevisão, a Lei da Radiodifusão, o estatuto da empresa pública de Radiodifusão e o regime das notas oficiosas. Todos os projectos apresentados a plenário foram aprovados, tendo o Grupo Parlamentar do PCP votado contra a Lei da Radiotelevisão e apresentado pelo PSD e a favor dos restantes.

Uma das preocupações que norteou os deputados comunistas durante a sua intervenção no debate e, posteriormente, na votação na generalidade foi explicitada em declaração de voto pelo deputado Veiga de Oliveira e centrou-se em três questões fundamentais: A primeira diz respeito à necessidade de dar cumprimento sem margem para dúvidas ao preceito constitucional que reserva integralmente para o Estado a televisão como meio de comunicação social. A nosso ver não se completam inaceitáveis quaisquer fórmulas tendentes a permitir — ainda que de viés — o não cumprimento desta exigência constitucional. E a nossa preocupação nesta matéria é tanto maior quanto não basta garantir simplesmente a propriedade estatal dos meios e das empresas de televisão, já que o assalto se poderia verificar quer

através da concessão da gestão a entidades não pertencentes ao sector público, quer até por simples concessão de tempos de emissão ou programas, ou mesmo só pela atribuição de exclusivos de produção.

A segunda questão prende-se com o estatuto da empresa pública de Radiodifusão. De facto, o projecto agora aprovado na generalidade contém disposições regulamentares da vida e dos direitos dos trabalhadores da empresa que por serem inconstitucionais são profundamente antidemocráticos e reacçãoários.

Em terceiro lugar, e no que diz respeito ao regime das notas oficiosas, importa definir rigorosamente o seu âmbito e impedir que sejam defraudáveis as limitações impostas à sua extensão.

Entretanto, tanto Vital Moreira como Jorge Lemos, na discussão na generalidade dos projectos, manifestaram o ponto de vista do PCP sobre os diversos projectos em discussão, bem como sobre as outras matérias de comunicação social não contempladas neste «pacote» e sobre as quais urge, rapidamente, legislar. Finalmente, a Assembleia já aprovou na generalidade

Condenada a venda de armas a Somoza

Um requerimento assinado pelos deputados do PCP Aboim Inglês, Carlos Carvalhas e Georgete Ferreira, e uma intervenção no período de antes da ordem do dia do deputado socialista José Luís Nunes levaram até à Assembleia da República aquilo que, a confirmar-se, se pode considerar desde já um grande escândalo — mais um — do governo demitido de Mota Pinto, e desta vez cometido com repercussões internacionais. Trata-se do caso da venda de armas, por parte de empresas portuguesas, ao ditador Anastásio Somoza.

O requerimento apresentado pelos deputados do PCP no passado dia 5 de Julho, citando os meios de informação nacionais, referia a venda de armas por parte de empresas portuguesas, como a "Norte Importadora", ao ditador Somoza, venda essa efectuada com o consentimento do Governo demitido de Mota Pinto.

Os deputados comunistas, na sequência dessas informações interrogavam o Governo sobre a sua veracidade e, no caso de ser verdadeira, ao abrigo de que considerações éticas ou políticas e visando que objectivos nacionais ou de solidariedade internacional é que o Governo português, contrariando os preceitos do Artigo 7.º da Constituição da República, autoriza essa venda de armas e munições?

Até à passada terça-feira, o Governo, ao requerimento dos deputados do PCP, nada tinha dito. Entretanto, nessa mesma sessão, o deputado socialista José Luís Nunes proferiu uma intervenção sobre o assunto, que classificou de excepcional gravidade. O deputado do PS salientou que importa que o Governo demitido esclareça efectivamente se, para além de vergonha nacional, se pretende transformar também em vergonha internacional, ao colocar o Portugal do 25 de Abril ao lado do mais sanguinário e corrupto ditador fascista da América Latina.

Outros esclarecimento sobre o assunto viriam entretanto a ser prestados pelo deputado do PCP Carlos Carvalhas, que revelou o facto de a venda de armas e munições de processar desde Fevereiro, adiando alguns promotores do "currículum" da empresa "Norte-Importadora" (como o facto de ter vendido armas aos investores da Guiné-Conakry e de estar implicada na "maioria silenciosa" do 28 de Setembro). O deputado do PCP acrescentou ainda que as armas e munições enviadas de Portugal para Somoza não são apenas de fabrico nacional, mas nos lotes segue armamento de outras origens, como, por exemplo, metralhadoras "Uzi", de fabrico israelita.

O deputado do PS, na sequência dessas informações, interrogou-se sobre as relações dos traficantes internacionais de armas e os fabricantes legais, perguntou qual o sentido de Portugal estar simultaneamente ao lado de Somoza na Nicarágua e em Havana, junto com os países não-alinhados, e pediu o corte das relações diplomáticas com o regime de Somoza e o reconhecimento imediato do Governo Provisório dos patriotas da Nicarágua.

Problemas dos trabalhadores e a importância do SALT II abordados por deputados comunistas

A repressão patronal sobre trabalhadores e a repressão do governo demitido de Mota Pinto sobre os trabalhadores da Função Pública, a grave situação que se vive no sector das pescas e a importância e significado do acordo SALT II foram levados ao plenário da Assembleia da República através de intervenções produzidas no período de antes da ordem do dia pelos deputados comunistas Severiano Falcão, Joaquim Felgueiras e Alda Nogueira.

Severiano Falcão, numa primeira intervenção, referiu-se concretamente a casos graves de repressão patronal sobre os trabalhadores da Standard Eléctrica, sobre os quais paira a ameaça de despedimento colectivo. Na mesma intervenção, o deputado comunista abordou ainda situações semelhantes que se verificam em inúmeras empresas: Fábrica de Estofos de S. Iria, SFS Construção de Estradas L.d., Intermobel e Molaflex.

Noutra intervenção, o mesmo deputado, depois de ter recordado casos de trabalhadores da Móveis Padrão e da empresa ECA, alvo de despedimentos e de processos disciplinares, por terem recebido cartas dos grupos parlamentares do PCP e do PS, relatou um caso de repressão verificado no âmbito da Função Pública. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública da Zona Sul promoveu, na Junta Autónoma

das Estradas uma reunião destinada a comemorar o 25 de Abril, para a qual foram convidados deputados do PS e do PCP. Porém, o presidente da JAE exarou um despacho propositadamente ambíguo pretendendo impedir o acesso dos deputados à referida reunião. Só que os deputados do PS e do PCP participaram na reunião sob a sua inteira responsabilidade. Mas o presidente da JAE, na sequência deste facto, instaurou procedimento disciplinar contra um delegado sindical. Na sua intervenção, o deputado comunista mostrou a sua disposição de depor para defesa do direito ao trabalho do delegado sindical e para defesa das liberdades.

Joaquim Felgueiras, abordou a situação alarmante do sector das pescas e, particularmente, a situação de 48 barcos de pesca de sardinha matriculados no porto de Matosinhos, que entraram em greve no dia 1 do passado mês de Abril, em luta contra a discriminação social imposta aos trabalhadores do mar.

Finalmente, Alda Nogueira, saudou e sublinhou a importância do Acordo SALT II, assinado entre a URSS e os EUA, considerando que o desanuviamento político com a Conferência de Helsínquia só terá um cunho durável se for acompanhado pelo desanuviamento militar, de que o SALT II é um passo extremamente importante.

Uma escola para o Vietname

Deputados do PS e do PCP aderiram já a uma subscrição pública que visa angariar fundos para a construção de uma escola na República Socialista do Vietname. Trata-se de uma iniciativa de solidariedade do povo português para com o povo vietnamita e integra-se nas comemorações do Ano Internacional da Criança.

O texto da subscrição pública que mais de uma vintena de deputados de ambos os partidos já subscreveram, refere nomeadamente:

Depois de novamente ter sido obrigado a lutar e a verter o seu sangue na defesa da sua pátria, com uma economia seriamente abalada, o povo vietnamita, bem como as suas crianças sujeitas

a sacrifícios e privações, lança-se na dura tarefa de reconstrução nacional.

Perante esta grave situação, deputados da AR decidem lançar uma iniciativa, expressão de solidariedade e fraternidade, procurando contribuir para o aprofundamento dos laços de amizade que unem o povo português e o povo vietnamita, forjados na dura luta pela paz e pela liberdade.

Assim, neste Ano Internacional da Criança, os abaixo-assinados unem os seus esforços para que venha a ser edificada no Vietname uma escola, testemunho da simpatia e carinho do povo português pelas sacrificadas crianças do Vietname, abrindo, para o efeito, uma subscrição pública.

Intervenções

A sobrevivência póstuma do Governo MP ultrapassou todos os limites

Decorreu quase um mês sobre a exoneração do Governo Mota Pinto. Quando em 6 de Junho, confrontado com duas moções de censura na AR, o PM apresentou o seu pedido de exoneração, aceito no dia seguinte, o país democrático pôde soltar um suspiro de alívio e de satisfação. Ao fim de vários meses de persistente e determinada luta do movimento operário e popular e das forças democráticas, cala o pior dos governos existentes em Portugal desde o 25 de Abril.

Com a exoneração e consequente cessação de funções julgou-se legitimamente que o país estava enfim livre desse governo celerado, da sua política anticonstitucional, prepotente e arbitrária. Que a partir daí os membros do governo se haveriam de

limitar à gestão dos assuntos correntes, abstendo-se de prosseguir a política reaccionária que havia conduzido à sua demissão, ficando designadamente impedido de intervir nos campos mais polémicos da sua actuação anterior. Que, em todo o caso, enquanto não entrasse definitivamente no caminho da história (restando apenas, para exemplo a recordar, a sua má recordação) o governo haveria de ter em conta não só os limites constitucionais, mas também a circunstância de ter caído profundamente hostilizado pela opinião pública democrática e desamparado e rejeitado pelos órgãos de soberania dos quais constitucionalmente dependia.

Effectivamente conviria recordar que nas vésperas da sua queda o PM ensaiou uma bem montada operação golpista. Acossado pela eminência da sua demissão parlamentar, o PM apresenta o seu pedido de exoneração ao PR, admitindo porém, simultaneamente, a continuação do governo em plenitude de funções, com dissolução da AR. A gravidade dessa proposta era evidente, traduzindo a confissão de uma filosofia política autêntica e autoritária e um anúncio público — pouco discreto, aliás — de um verdadeiro projecto de ditadura. Um governo confrontado com duas moções de censura que conduzia inexoravelmente à demissão, permitia-se propor a dissolução da AR sem exoneração do governo, que se mantinha em plenitude de funções. Liberto do controlo democrático da AR,

o Governo MP ver-ia de mãos livres para prosseguir sem peias o domínio completo do aparelho de Estado, o policiamento integral da comunicação social, o assalto selvagem aos direitos dos trabalhadores, às nacionalizações e à Reforma Agrária e ainda para «trabalhar» e controlar as eleições de modo a garantir ainda mais privilégios às forças da direita.

O projecto golpista do PMMP foi parado no origem (...). Mas se não conseguiu levar avante esse seu projecto, o Governo Mota Pinto/PPD/CDS não abandonou o propósito de conseguir, mesmo exonerado, o máximo dos seus efeitos. Foi exonerado, mas fez como se não tivesse sido. Não só continuou a acelerar o ritmo de realização integral do seu calamitoso projecto

Uma comunicação social feita no país de Abril

A primeira coisa que há de dizer a respeito deste conjunto de Projectos de Lei sobre matérias de informação que a sua discussão e votação na AR é necessária e não poderia ser mais oportuna.

(...) A marcação desta matéria para o presente período suplementar desta sessão legislativa da AR surge no seguimento de uma extensa agitação política no sector da comunicação social, provocada designadamente pela política do governo Mota Pinto nesse sector. A ofensiva do ministro Pronsenga de Carvalho contra o sector público da comunicação social, o estado-de-sítio e o assalto lançado contra a RDP, a transformação da imprensa do Estado em ateno, venedor e obrigado instrumento de propaganda do Governo e de

em consonância com a ordem democrática e com a Constituição.

Faltam ainda importantes diplomas entre os quais destacamos os relativos ao Estatuto do Jornalista e respectivo código deontológico. Faltam ainda e sobretudo os diplomas que garantam e permitam efectivar o acesso dos cidadãos aos meios de comunicação social.

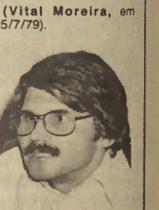
O PCP empenhar-se-á na aprovação rápida dos Projectos de Lei agora votados na generalidade e não deixará de contribuir para que seja completada com a necessária brevidade a obra legislativa agora iniciada, a bem da Democracia e dos ideais de Abril (Veiga de Oliveira, em 5-7-79).

chamada a pronunciar-se sobre problemas da comunicação social, na apreciação na generalidade que irá fazer dos diferentes projectos apresentados que tocam matérias como leis da Rádio e Televisão, e do estatuto da RDP e regime das notas oficiosas.

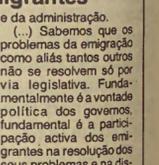
(...) Mas é bem que fique claro nesta discussão que a aprovação por esta Assembleia de legislação para este sector não basta para que as nefastas marcas da passagem de Pronsenga de Carvalho pelo Ministério da Comunicação Social sejam definitivamente apagadas. É necessário, a bem da exigência da Democracia que as decisões arbitrárias e ilegais deste Governo sejam revistas, e não sejam consideradas factos consumados.

(...) O PCP, não tendo embora apresentado projectos sobre as matérias em discussão, afirma-se desde já disposto, como aliás o tem feito até aqui, a participar nas diversas discussões e apresentará propostas alternativas para que se possam encontrar as melhores soluções dentro do quadro do regime democrático-constitucional (Jorge Lemos, em 5-7-79).

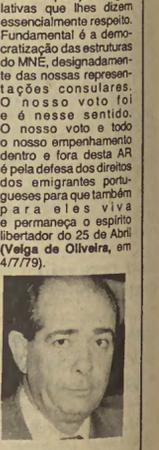
(...) Perante esta situação que não é nova mas que se tem vindo a agravar nos últimos tempos e cada vez mais manifesta a profunda insatisfação dos emigrantes com a falta de apoio das autoridades portuguesas para a solução dos problemas que os afligem (...). Daqui a urgência da discussão e aprovação de novas leis que permitam pôr fim progressivamente a esta situação



(Vital Moreira, em 5/7/79).



(Alda Nogueira, em 3/7/79).



(José Luís Nunes, em 4/7/79).

«Projecto Gonelha» - nem a alma se lhe aproveita

O «projecto Gonelha» aproxima-se do caixote do lixo. Mesmo dentro do PS, parte influente da sua direcção e do seu grupo parlamentar parece preocupada apenas em não deixar morrer já o «espírito» de um diploma inteiramente recusado (em corpo e em espírito) quer na discussão prévia, quer posteriormente, pelos órgãos representativos dos trabalhadores.

Aprovado na generalidade por obra da direita parlamentar, o diploma gonelista, que já nem é apoiado sequer pela totalidade dos seus subscritores (a posição de Marcelo Curto é conhecida) foi alvo no próprio interior do PS de uma proposta de alterações subscrita por cerca de 30 deputados e que será apresentada numa reunião especial do grupo parlamentar do PS, prevista para a próxima quarta-feira.

Esclarecedora é também a tomada de posição pública do Sindicato dos Bancários do Centro. Embora afectos à UGT, os seus corpos gerentes não se cobrem de declarar que a «lei Gonelha» ofende frontalmente os princípios sindicais que defendemos. Manifestando sem equívocos a sua «profunda discordância», a direcção dos Bancários do Centro sublinha que «qualquer regulamentação exaustiva da actividade e da organização sindicais só aos trabalhadores deve caber».

Neste caso, nem o «espírito» se salva, pois a alma da «lei Gonelha» ataca precisamente a auto-organização dos trabalhadores e a direcção dos Bancários entende salvaguardar mesmo contra a direcção partidária da UGT e contra o seu reconhecido patrono, o sr. Maldonado Gonelha.

Mas a recusa da «lei Barreto dos Sindicatos» não se caracteriza por essas «desavenças». Caracteriza-se pela acção que lhe opõem as massas trabalhadoras. Embora significativa, essa falta de apoio (e até o repúdio) dentro das hostes divisionistas serve é para demonstrar como o divisionismo sindical é um projecto sem futuro, condenado por todos os trabalhadores honestos.

E não são uns recentes «grupos de acção sindical socialista do distrito de Leiria», com o baixo estófo do seu paleio e abusando da calúnia, que poderão salvar o «gonelismo» da condenação e do repúdio activo dos trabalhadores.

A defesa do «projecto Gonelha» tal como foi aprovado na generalidade, é uma tarefa impossível. Viu-se isso na própria Assembleia da República. Viu-se isso também cá fora.

A direcção partidária da UGT nunca conseguiu, ela própria, apresentar uma defesa coerente do projecto do seu patrono. Limitou-se a caluniar o Movimento Sindical Unitário. O mesmo sucede com aqueles «grupos de acção» gonelistas do distrito de Leiria, que não se sabe quem representem em matéria de Sindicatos.

E o resto é a mudez mais completa. Não se ouve voz que valha em defesa do «projecto». Descartando o vozeiro da direita, alheio aos trabalhadores e aos seus órgãos representativos, o que se ouve são as «boas intenções» de refundir o «projecto» de tal modo que nem a «alma» se lhe aproveite.

Mas nem assim os trabalhadores o querem. Basta para isso estar informado do que ele representa para a unidade e a liberdade sindicais.

Depois de 27 de Junho findo, dia da grande manifestação em Lisboa, e entre acções de solidariedade e luta nas empresas que têm vindo a público diariamente, já se realizaram concentrações e manifestações contra o «projecto Gonelha» em vários pontos do país, e designadamente em Torres Novas, Benavente, Montemor-o-Novo e Vendas Novas.

Muitos milhares de trabalhadores organizados continuam por esse país fora a demonstrar com a sua acção de massas como o «projecto Gonelha» é parte integrante da ofensiva da direita contra os direitos constitucionais de quem trabalha, contra os direitos que garantem a possibilidade de lutar pela salvaguarda das conquistas que alcançaram, de lutar pelos seus interesses legítimos no caminho democrático consagrado na Constituição.

Traço comum e claro da luta contra o «projecto Gonelha» é o facto de essa luta estar muito para além do diploma gonelista aprovado na generalidade com os votos da direita na Assembleia da República. É o facto de esse «projecto» ter as suas raízes bem à mostra em tudo o que os trabalhadores sofrem diariamente e contra o que lutam também todos os dias nas fábricas, nos campos e nos escritórios, pela salvaguarda dos postos de trabalho, por salários adequados, pela actividade normal e constitucional dos seus órgãos representativos nas empresas.

O «projecto Gonelha» é uma peça importante na estratégia da direita e como tal é combatido pelos trabalhadores organizados, pelo Movimento Sindical Unitário, pelas forças políticas democráticas, pelo movimento operário popular.

Movimentação geral nos Transportes Progressos sensíveis assinalam a luta na CP

A luta na CP, depois dos êxitos parcelares já alcançados, apresenta progressos sensíveis que a CSN (Comissão Sindical Negociadora) assinala como «fruto directo da luta desenvolvida, em grande unidade e com notável espírito de responsabilidade e determinação de vencer, por todos os trabalhadores ferroviários».

Na Carris, Transtejo, Metro e TAP, os trabalhadores continuam a movimentação de apoio às negociações para a revisão dos respectivos acordos colectivos de trabalho (ACT).

Traço comum a todas as lutas, que englobam grande parte do sector dos transportes, é a uniformidade das reivindicações, designadamente no que respeita aos aumentos salariais que rondam, todos, os 23 por cento.

Na CP, segundo informações do princípio desta semana, há ainda importantes questões por resolver. Entre elas sobressai a tabela salarial para os trabalhadores da linha de Cascais.

Um plenário nacional convocado para o próximo sábado, em Lisboa, analisará, entretanto, a evolução das negociações na CP. Num comunicado distribuído na última sexta-feira, a CSN afirmava que «ao longo das últimas reuniões foi conseguida uma aproximação real e efectiva das posições do Conselho de Gerência (CG) e do Governo» às pretensões dos trabalhadores ferroviários.

Depois de reafirmar «o repúdio pela política divisionista do CG e do Governo», cuja «expressão clara» é o «acordo secreto que, à margem das negociações e da legalidade», aquelas entidades assinaram «com a Federação dos Sindicatos dos Quadros Técnicos e com a direcção divisionista do sindicato paralelo dos maquinistas», o comunicado da CSN acusa o CG e o Governo MP/PPD de mentirem despuadorada.

A última manobra de vulto do CG, com o apoio activo do Governo e do próprio Primeiro-Ministro exonerado, foi a tentativa de manipulação da opinião pública na mira de a voltar contra os ferroviários. De um modo abusivo — esclarece a CSN — o CG e o próprio Primeiro-Ministro (este revelando, aliás, completo desconhecimento do que na realidade se passa) deram a conhecer a última proposta de tabela salarial apresentada pela empresa e falaram do subsídio de 50 escudos diários e do aumento das diuturnidades. Apresentaram números dizendo que estava concluído um acordo, mas mentiram despuadorada. Mentiram porque a CSN não fez qualquer acordo, nem o fará, antes que

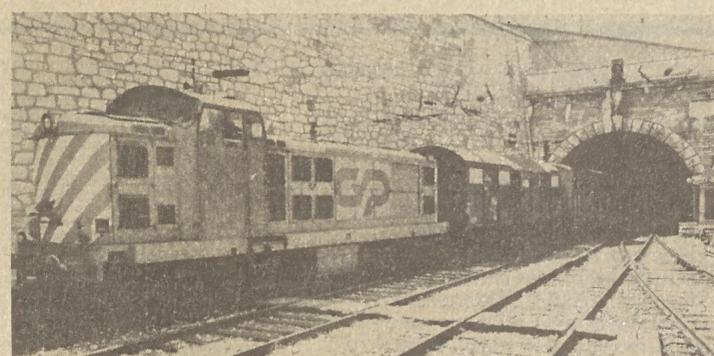
o órgão máximo da estrutura sindical expressamente o aceite. Mentiram também ao esconder algumas importantes questões ainda em litígio e ao anunciar reclassificações que nem sequer foram propostas e muito menos acordadas. Manipularam descaradamente, indo ao ponto de na tabela salarial, que publicaram como estando acordada, não se referirem sequer a diversos escalões de vencimento.

Ao mesmo tempo e independentemente de um oportuno e «completo esclarecimento das questões ainda em jogo», a CSN repudia, por falsas e caluniosas, as insinuações do CG e do Governo sobre uma eventual motivação política da luta dos ferroviários.

A CGTP-IN, protestando também contra declarações de Mota Pinto sobre «intuítos políticos» na luta da CP, considera, nomeadamente, que se está perante «uma baixa provocação ao Movimento Sindical», na tentativa (que é um abuso) de «provocar a divisão e a desmobilização dos trabalhadores ferroviários».

Adesão total na Carris

Autocarros, eléctricos e elevadores da Carris pararam totalmente entre as 9.30 e as 11 horas do último dia 3. Os trabalhadores aderiram a 100 por cento a uma paralisação justa no decorrer da qual efectuaram plênários informativos nas cinco estações da Carris.



Luta dos ferroviários: há ainda importantes questões por resolver

Como nas restantes lutas dos transportes, a reivindicação essencial incide no aumento dos salários e no restante clausulado de ordem pecuniária, para enfrentar pelo menos em melhores condições, o aumento constante do custo de vida.

As negociações continuam, entretanto, na Carris, no Transtejo, no Metro e na TAP.

As contrapropostas das administrações e do Ministério dos Transportes não ultrapassavam, na última terça-feira, os 19 por cento (percentagem global) para a Carris.

Na Transtejo, depois da paralisação de 7 horas em 5 do corrente, a terceira no período de um mês (as duas restantes em 7 e 21 de Junho), os trabalhadores continuam a exigir a satisfação das reivindicações salariais, prevenindo o endurecimento da luta, se isso não acontecer.

Além do traço comum já apontado para todas estas lutas (a uniformidade das reivindicações) são ainda de assinalar como tónicas gerais a grande adesão, o carácter estritamente laboral, a inexistência total de incidentes, a forte unidade, a preocupação evidente pela situação das empresas, a atenção sempre dada ao menor transtorno a causar aos utentes e a responsabilidade das direcções das empresas e do Governo exonerado pelo protelamento das negociações e pela agudização dos conflitos que os trabalhadores procuram sanar com firmeza através do diálogo e da negociação.

Nas Minas da Panasqueira: Uma multinacional com as costas quentes?

As negociações efectuadas em Lisboa, no Ministério do Trabalho, entre os representantes dos trabalhadores das minas da Panasqueira e a administração soldaram-se por uma ruptura. Face a esta atitude os trabalhadores encaram agora um reforço da luta para fazerem vingar os seus direitos.

Avançando na sua escalada repressiva e provocatória, a administração da multinacional Beralit Tin and Wolfram, que explora o coto mineiro da Panasqueira, decidiu, há dias, reduzir o aumento dos salários para 12 por cento e obrigou os trabalhadores a laborarem seis dias por semana.

Esta atitude foi revelada através de um comunicado divulgado no sábado passado e refere-se precisamente aos dois pontos em discussão entre a entidade patronal e os

trabalhadores para a renovação do Acordo Colectivo de Trabalho.

De salientar que a atitude da administração sucede no dia a seguir aos trabalhadores terem suspenso a greve que vinham a observar desde o passado dia 3, data em que se dirigiram a pé à Covilhã, onde se concentraram com as respectivas famílias junto às instalações da delegação do Ministério do Trabalho.

A decisão de suspender a greve, por parte dos

mineiros, resultou da proposta de as negociações com os representantes da administração serem retomadas em Lisboa na segunda-feira seguinte, proposta esta avançada pelo Ministério do Trabalho.

Com efeito, as negociações foram retomadas no dia marcado e prolongaram-se até terça-feira.

Alíás, o conflito resulta da posição intransigente assumida pela administração daquela multinacional que, tudo leva a crer, sente as costas quentes, ou melhor, é apoiada nas suas pretensões contra os trabalhadores pelo próprio Governo Mota Pinto. Só assim se compreende

que procure aumentar o horário de trabalho que vigora desde o 25 de Abril, tentando obrigar os mineiros a trabalhar ao sábado, para além de mais meia hora por dia no fundo da mina.

Ainda há pouco tempo, no aspecto da revisão salarial, a administração concordava com o aumento de 18 por cento — o que não era nenhuma fatura tendo em conta que esta foi a proposta de aumento do «tecto» salarial apresentada pelo Governo Mota Pinto para o Orçamento Geral do Estado — e com outras reivindicações apresentadas pelos trabalhadores desde que estes aceitassem o novo horário de trabalho.

Em jeito de ultimato a administração da Beralit deu o prazo até 28 de Junho para que esta proposta fosse aceite. Como os trabalhadores recusassem o agravamento das suas condições de trabalho, que iam apenas encher ainda mais os bolsos da multinacional, a administração envereda pelo caminho da intimidação ao instaurar processos disciplinares a cerca de 30 dirigentes e delegados sindicais.

Entretanto, no dia a seguir aos trabalhadores terem dado provas de que estão interessados em negociar — a greve e a concentração na Covilhã foi suspensa na sexta-feira passada quando surgiu a proposta de as negociações recomeçarem em Lisboa — a administração da Beralit Tin and Wolfram volta à carga numa atitude completamente provocatória. Reduz o aumento salarial, de 18 por cento que já se comprometera a aceitar, para 12 por cento, e pretende obrigar ao cumprimento do horário de trabalho de seis dias por semana, sob a ameaça de abertura de processos disciplinares a quem o não cumpra.

Entretanto, ontem, os deputados Jorge Leite e Jerónimo de Sousa, do Grupo Parlamentar do PCP, deslocaram-se às instalações da mina da Panasqueira onde tiveram oportunidade de

contactar com os trabalhadores e inteirarem-se, no local, da luta dos mineiros.

Convém ainda recordar que a multinacional Beralit Tin and Wolfram deve ter sido uma das empresas que nos últimos anos mais lucros obteve em Portugal. A administração argumenta que também tem investido muito. Só que, pelos vistos, os investimentos ignoram por completo o sector social e salarial.

E as intenções da administração são claras a este respeito: as suas propostas visam aumentar o tempo de trabalho e diminuir os salários (que outra coisa se pode dizer de uma proposta de 12 por cento de aumento quando a inflação «rouba» por ano cerca de 25 por cento do salário dos trabalhadores?) isto para já não falarmos da falta de casas para os trabalhadores, a ausência de assistência médica e outras deficiências que se fazem sentir com certa gravidade nas minas da Panasqueira.

Mas os mineiros não se rendem. A sua luta, que passa hoje pela manutenção do horário de trabalho em vigor desde 1974, o aumento salarial de 20 por cento e a anulação dos processos disciplinares aos dirigentes e delegados sindicais, será vitoriosa.



Mineiros da Panasqueira: manter as conquistas alcançadas

Jornalistas aguardam publicação da PRT

● Recurso à greve mantém-se

Mantém-se a possibilidade de se tornar necessário o Sindicato dos Jornalistas recorrer à greve como única forma de desbloquear o atraso na publicação da PRT, com nova tabela salarial, por parte do Ministério do Trabalho.

Com efeito, esta forma de luta fora aprovada pela classe na última reunião da Assembleia Geral do Sindicato, considerando a direcção do Sindicato que continua em vigor a resolução aprovada, e que prevê o recurso à greve, por períodos não inferiores a 24 horas, caso não seja resolvido o impasse criado pelo Governo em torno da publicação do Contrato Colectivo de Trabalho e da Portaria de Regulamentação de Trabalho.

Entretanto, em data recente, o Ministério do Trabalho, num ofício entregue em mão no Sindicato dos Jornalistas dava conta que os serviços do respectivo Ministério iriam proceder ao depósito e publicação posterior do novo CCT no «Boletim do Trabalho».

Mas esta atitude do Ministério não vem em nada clarificar a situação de molde a que os jornalistas possam pôr de parte as formas de luta adoptadas, pois no documento em questão enviado ao Sindicato não se faz qualquer referência à publicação da PRT, o que, a suceder, manteria bloqueada toda a situação referente à tabela salarial.

Fugindo a um diálogo com os representantes dos jornalistas — tónica das relações deste malfadado

Governo demitido com os trabalhadores — o Ministério do Trabalho — continua sem responder a um pedido de audiência apresentado pela direcção do Sindicato dos Jornalistas há quase duas semanas, para esclarecimento deste e outros assuntos.

Entretanto, após notícias controversas sobre a inclusão dos jornalistas da RDP na portaria de regulamentação de trabalho, o próprio ministro Proença de Carvalho esclareceu um representante do Sindicato dos Jornalistas que aqueles trabalhadores seriam abrangidos pela respectiva PRT, para cuja publicação, revelou, não existem dúvidas ou obstáculos.

Mas enquanto não se clarificar a atitude do Ministério do Trabalho, mantêm-se até ao dia 17 a mobilização para a greve, pois o jogo de empurrar as responsabilidades já se prolonga por demasiado tempo.

Greve de zelo na RTP

Entretanto, os trabalhadores da Radiotelevisão Portuguesa mandaram as direcções dos seus Sindicatos para decretarem uma greve de zelo naquela empresa como forma de luta para verem satisfeitos as suas reivindicações para a revisão do Acordo Colectivo de Trabalho.

A decisão foi tomada no decorrer de uma reunião geral de trabalhadores que decorreu no noite do passado dia 6, no Teatro Vilaret.

Estudo da CGTP revela degradação do nível de vida

A partir de 1976 os maiores aumentos são para os impostos

Um estudo sobre a «Evolução do nível de vida dos trabalhadores e a política de rendimento dos sucessivos Governos constitucionais» elaborado e divulgado pela CGTP/IN, demonstra que, desde 1977, os impostos aumentaram 149 por cento e os salários apenas 39,5 por cento.

O estudo, agora publicado em destacável pela revista «Alavanca», revela, em contrapartida, que nos dois primeiros anos da Revolução o salário médio bruto aumentou 83 por cento e o total de impostos pagos por cada trabalhador aumentou apenas 43 por cento.

No que se refere ao salário líquido real (depois de deduzidos os impostos) o estudo aponta para uma subida de 9,2 por cento, em 1974, e 13,1 em 1975.

A partir de 1976, o panorama é outro completamente diferente. Sucede-se uma queda vertiginosa. Assim, nesse ano verifica-se uma queda de 1,2 por cento; em 1977, menos 10,6 por cento e em 1978, menos 6,4 por cento. As perspectivas para 1979, ano de actividade do Governo Mota Pinto, são igualmente más.

Todos os Governos constitucionais, até o Governo Mota Pinto, prometeram nos seus programas não permitirem a baixa do poder de compra dos trabalhadores. Na realidade, o que se passou, como todos sabemos, foi muito diferente.

O Governo PS impôs um aumento máximo dos salários de 15 por cento e os preços nesse ano subiram 27 por cento. O Governo PS-CDS impôs 20 por cento como limite máximo de aumento salarial e os preços subiram 25 por cento. O Governo Mota Pinto pretendeu impor um aumento salarial máximo de 18 por cento, acrescentando a isto um imposto sobre o 13.º mês.

Em 1977, refere o documento, os salários actualizados este ano vigoram, em média, 23 meses; e os actualizados em 1978 vigoram em média 21,5 meses.

A morosidade na constituição de comissões técnicas por parte do Governo e a sua lenta actuação constituem outro dos métodos utilizados. E o documento salienta:

«Chega-se mesmo a verificar que 17 meses após a constituição da comissão técnica pelo Governo, nada foi publicado. Os salários que continuam oficialmente a vigorar são os do último instrumento de regulamentação colectiva que têm já vários anos.»

Volto, pois, aos Governos constitucionais: de promessas estão os programas (dos Governos) cheios, mas, as intenções são bem diferentes...

CGTP contra salário mínimo

Exigindo a actualização do salário mínimo nacional, a CGTP acusa o Governo Mota Pinto de protelar por vários meses mais a actualização do salário mínimo, o que determinará que os valores de salários mínimos estabelecidos em 1978 acabem por vigorar durante quase dois anos. É certo — acrescenta — que o projecto prevê retroactividade a 1 de Abril. Porém, a sua entrada em vigor muitos meses mais tarde irá possibilitar que o patronato levante problemas ao seu pagamento, o que provocará inevitáveis conflitos sociais.

O projecto do Governo prevê salários de 4200\$000 para os trabalhadores do serviço doméstico, 5500\$000 para os

As últimas de Mota Pinto Ex-patrões entram na Féteira com a empresa cercada pela PSP

Os trabalhadores da Tomé Féteira voltam a ser alvo da repressão policial. A sementeira do que sucedeu em 23 de Abril de 1976 (30 blindados da GNR e cerca de 500 homens armados a fazer feridos) uma força aparatosa da PSP cercou na última segunda-feira as instalações daquela fábrica de limas, em Vieira de Leiria, isolando a localidade para facilitar a entrada dos ex-patrões.

Embora dispostos a negociar, os trabalhadores entraram em greve no mesmo dia.

Do currículo desses empresários, protegidos pelo Governo exonerado, além da provada incompetência e ilegalidade, fazem parte despedimentos em massa em 1972, «lock-out» e fuga ao pagamento de salários em 1974.

Os Féteiras que, antes da intervenção estatal advertiram o Governo de que teriam trinta mil contos de prejuízos em 1976, se fossem obrigados a pagar os salários legais,

regressam agora com a protecção policial a uma empresa gerida pelos trabalhadores e totalmente recuperada da má gestão patronal.

Os trabalhadores (cerca de 850) têm prestado contas anuais e públicas da sua actividade.

Enquadrados pela sua Comissão de Trabalhadores, obtiveram em 1977 um lucro superior a dez mil contos.

Em 1978, o saldo positivo ultrapassou os treze mil contos.

Devolvida aos ex-patrões em 1977, após um curto período de intervenção, a empresa manteve todos os postos de trabalho e progrediu ao mesmo tempo que amortizava dívidas herdadas da administração Féteira, sem qualquer auxílio financeiro do Governo.

A data da intervenção (23 de Abril de 1976), a empresa devia 55 400 contos. Logo nesse ano, o esforço permanente dos trabalhadores, sem despedimentos e pagando os salários, conseguiu eliminar grande parte desse passivo de

modo a alcançar lucros substanciais em 1977.

É a esta empresa que os ex-patrões regressam, após dois anos de espera, pela mão da repressão de um governo exonerado e ilegítimo, que estrechava antes de desaparecer.

Contra as ameaças que se acumulam com esse regresso, os trabalhadores exigem garantias com base num caderno reivindicativo que existe desde a desintervenção da empresa em princípios de 1977. Dispostos a negociar, os trabalhadores reclamam nomeadamente a garantia de manutenção de todos os postos de trabalho e não aceitarão qualquer despedimento.

Com o desaparecimento do Governo Mota Pinto/PPD deve ser dado por nulo o processo repressivo na Féteira. Os trabalhadores devem ser ouvidos. Devem ser anulados os projectos patronais que incluem um despedimento colectivo de 200 trabalhadores.



A repressão do Governo exonerado leva de novo à luta os trabalhadores do Tomé Féteira. Na imagem, um momento da luta anterior à intervenção.

Joaquim Gomes em T. Novas e Carlos Costa em Moscavide abordaram a situação política

Os camaradas Joaquim Gomes e Carlos Costa, membros do Secretariado e da Comissão Política do Comité Central do PCP, deslocaram-se no último fim-de-semana, respectivamente, a Torres Novas e a Moscavide, onde decorreram iniciativas realizadas pelo Partido.

Joaquim Gomes esteve na Festa da Unidade, que se realizou no Largo das Piscinas, em Torres Novas, e fez uma intervenção política durante o comício efectuado ao fim da tarde de domingo. Depois de referir que «Mota Pinto e os partidos da direita que o apoiam, PPD e CDS, sofreram mais uma significativa derrota» e que «no caso de vir a ser constituído o V Governo, será em face da sua composição e do seu programa, e mais adiante pela sua prática política que podemos marcar com objectividade a nossa posição», o camarada Joaquim Gomes abordou a questão do referendo «em que a coligação insiste» e que «apartado já, sem deixar lugar a dúvidas, como uma forma de golpe de Estado, aliás já largamente denunciada como tal. Mas mesmo assim insistem no referendo... o que deixa claro o que pretendem tais senhores, tais partidos e alianças!».

ataques sucessivos às empresas nacionalizadas», nomeadamente as ligadas à pesca, foram alguns dos principais temas desenvolvidos pelo dirigente comunista que, a dado passo da sua intervenção, afirmaria: A política de recuperação capitalista tem atingido não apenas as camadas de mais fracos recursos, mas também camadas da pequena e até da média burguesia. Esta política que tem sido levada ao extremo pelo Governo Mota Pinto tem sido uma constante desde o I Governo constitucional. Em 1978, e em consequência da crise em que os sucessivos governos têm mergulhado o País, 1020 sociedades foram desactivadas. No primeiro trimestre deste ano mais 772 se juntaram a aquelas.

Entretanto, em Moscavide, no pavilhão do Atlético Clube, os camaradas de Odivelas promoveram na passada sexta-feira uma festa-conívio para angariação de fundos destinados ao novo CT. A parte artística teve a participação de Fernando Tordo e Samuel, entre outros. A informação política esteve a cargo do camarada Carlos Costa que, a dado passo da sua intervenção, afirmou:

«Que fez o PS para viabilizar um governo democrático até 1980? Procurou algum entendimento com o PCP (sempre pronto a discutir tal questão) como seria absolutamente necessário? De modo algum! Vejamos alguns exemplos recentes. Em 2 de Julho, o dr. Mário Soares dizia: 'O PS só aceita um governo que faça uma mudança de política que viabilize o sistema económico e social que deriva da Constituição e corresponda às transformações operadas em Portugal após o 25 de Abril' (entrevista ao 'Jornal de Notícias').»

E comentou mais adiante o camarada Carlos Costa: São belas palavras com que todos os comunistas e democratas estarão, certamente, de acordo. Mas cinco dias antes, no «American Club», e depois de dizer que sabia estar a dirigir-se a homens de negócios, afirmou: «Nós não aceitamos a chamada política da maioria de esquerda», e acrescentava: «Só o PS conseguiu fazer aceitar à classe operária portuguesa a diminuição efectiva do seu nível de vida.»

Já a terminar a sua intervenção, o dirigente comunista afirmaria que «do crescente reforço do PCP e do movimento popular nascerá, num futuro não muito distante, a alternativa democrática a que o povo aspira.»



A deputada comunista Ercília Talhadas no decorrer do comício realizado pelos camaradas da Trafaria

Vamos todos dar uma ajuda aos camaradas da Trafaria!

Os comunistas da Trafaria estão em dificuldades em relação ao seu Centro de Trabalho. O senhorio da casa onde presentemente está instalado o CT necessita das instalações e os militantes comunistas da localidade têm vindo a realizar diversas iniciativas para angariação de fundos, como objectivo da compra de uma casa onde possa

funcionar o Centro de Trabalho.

Ainda há dias, aproveitando um passeio fluvial organizado pelos camaradas da Póvoa de S. Iria, promoveram um "pic-nic" em que os fundos al obtidos revertiriam para a compra do edifício. No comício que decorreu após o "pic-nic", a deputada comunista Ercília Talhadas,

fez uma intervenção sobre o momento político.

Entretanto, no fim-de-semana de 28 e 29 deste mês, os camaradas da Trafaria levam a efeito a "Festa da Unidade", jornada que, estamos certos, proporcionará um grande avanço na recolha de fundos para o novo CT, sendo também uma iniciativa preparatória da Festa do "Avante!".

No Alto Alentejo: salários de um dia para o Partido

Trabalhadores agrícolas alentejanos promoveram no passado sábado duas importantes jornadas de trabalho voluntário, cujos salários foram entregues ao PCP, numa clara manifestação da sua confiança no nosso Partido.

Em Avis, a jornada de trabalho reuniu cerca de 160 trabalhadores tiradores de cortiça e juntadores, comunistas e não comunistas, destacando-se a presença de bastantes mulheres e diversos militantes socialistas. A receita obtida reverteu a favor das obras da nova sede da Direcção da Organização Regional do Alentejo (DORA).

Também na Aldeia Velha cerca de 100 trabalhadores, comunistas e não comunistas, participaram num dia de trabalho voluntário, na tiragem de cortiça e outros trabalhos, igualmente para auxiliar a nova sede da DORA.

A receita total dos salários das duas jornadas soma cerca de quarenta e dois mil e quinhentos escudos. Importa referir que alguns trabalhadores que não puderam participar na iniciativa, por diversos motivos, contribuíram em dinheiro (quatrocentos e cinquenta escudos os homens

e duzentos e cinquenta as mulheres).

No final do trabalho, à noite, os trabalhadores e a população em geral juntaram-se na Casa do Povo de Avis para assistir à projecção de um filme sobre a Festa do "Avante!", após o qual o camarada António Gerónimo, da Comissão Política do CC do PCP, agradeceu a importantes manifestações de confiança assim dada ao PCP e participou numa sessão de esclarecimento sobre a actual situação política do País.

Também a Direcção da Organização Regional do Alentejo do PCP decidiu dirigir, através do "Avante!", aos militantes do Partido, aos trabalhadores não comunistas, aos camaradas socialistas, a todos os homens, mulheres e jovens que participaram nestas importantes jornadas, as mais calorosas saudações democráticas, agradecendo sinceramente o seu trabalho, a sua ajuda, o seu esforço, o seu contributo valioso e a sua confiança no grande partido dos trabalhadores, o partido da Reforma Agrária, o partido da verdade e do futuro.

Figueira da Foz: «Férias 79»

No próximo fim-de-semana, de sexta-feira a domingo, a Figueira da Foz estará em festa. Trata-se das «Férias-79», iniciativa da Comissão Concelhia do PCP, que decorrerá na Avenida de Espanha, junto ao quebra-mar.

«Esta Festa», sublinha em comunicado a entidade organizadora, «pretende ser um contributo positivo para todos aqueles que vêm passar as suas férias à Figueira da Foz, dando-lhes um fim-de-semana bem passado, contactando, simultaneamente, com as realidades e as opiniões de um grande partido português, o PCP.»

A Festa, a nosso alcance por 80\$00, ocupará uma área de 7 mil metros quadrados (o dobro do ano passado) e reúne este ano um conjunto mais diversificado de iniciativas, conforme atesta o programa, que passamos a referir:

«Esta Festa», sublinha em comunicado a entidade organizadora, «pretende ser um contributo positivo para todos aqueles que vêm passar as suas férias à Figueira da Foz, dando-lhes um fim-de-semana bem passado, contactando, simultaneamente, com as realidades e as opiniões de um grande partido português, o PCP.»

Sexta-feira, dia 13 - As 21 horas, abertura do recinto; às 21 e 30, Grupo de Cantares e Cordas do Ateneu de Coimbra; Maria Dulce, Teresa Paula Brito, José Jorge Leitria, Nuno Gomes dos Santos, Samuel, Manuel Branco, Carlos Paulo; às 22 horas: colóquio com Maria Alda Nogueira, membro do CC do PCP sobre «A Mulher e a Revolução», e filmes no pavilhão de colóquios e cinema.

Sábado, dia 14 - As 10 horas, alterrofilismo e ténis de mesa; também às 10 horas, canções por José Barata Moura e palhaços; às 14 horas, Folclore - Rancho de Quaiões, Rancho Infantil Brisas do Mondego, Rancho da Ereira, Ran-

cho Infantil do Outeiro (Paião), Grupo de Pauliteiros de Alqueidão, Rancho Flores do Mondego; às 15 horas, cinema - «Droga, uma liberdade que mata» e «Festa do "Avante!" 1977»; às 16 horas, para as crianças, Grupo de Intervenção Musical "1.º de Maio" e o filme «O elefante e as malvas»; às 17 horas, colóquio sobre desporto com o camarada Carlos Abreu; às 21 horas, espectáculo com a participação de Brigada Victor Jara, Irene Cruz, Carlos Mendes, Edmundo Silva, Fernando Farinha, Luísa Basto, João Fernando, «Os Galés» de Setúbal, José Barata Moura.

Domingo, dia 15 - As 10 horas, desporto - xadrez e atletismo (Buarcos-Figueira da Foz); para as crianças: «Os Naveais», Carlos Mendes e Edmundo Silva; Banda de Santana; às 14 horas, Folclore - Ranchos de Maiorca, Brisas do Mondego (adultos) e Infantil de Matos e Banda de Lares; às 15 horas, colóquios - Vítor Louro sobre as questões dos pequenos agricultores, Manuel Gusmão sobre a actividade parlamentar e Luís Sá sobre autarquias; cinema - «IX Congresso do PCP: Portugal, um país a transformar-se»; às 21 horas, comício com o camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central; às 22 horas, espectáculo - «Os Galés», José Manuel Osório, Carlos Paredes e Fernando Alvim, José Carlos Ary dos Santos, Jorge Nascimento, Dora Leal e José Viana.

Faltam só 14 dias para o acampamento!

Faltam apenas 14 dias para a abertura do Acampamento da Juventude em S. João da Caprica, junto ao campo de futebol do Trafaria, portanto no mesmo local do ano passado, que é de fácil acesso, tanto para quem vai de Lisboa como das zonas da Margem Sul.

Lisboa e Setúbal. O preço é acessível: 50\$00 acrescidos de 15\$00 diários para os jovens campistas que não tenham tenda e 7\$50 para os que tenham.

Posto de primeiros socorros, secretária, banheiros, sanitários, restaurante-bar, são alguns dos organismos de apoio que funcionarão ao longo do acampamento, que como aqui já divulgámos se realiza entre 27 deste mês e 15 de Agosto, por iniciativa da UJC.

Entretanto, no próximo fim-de-semana há trabalho no local onde funcionará o acampamento. Depois de uma fase inicial (limpeza do terreno), está agora em primeiro plano a implantação das primeiras estruturas. Quem puder, que passe por S. João da Caprica no sábado ou no domingo. Levem o fato de banho... e também aquela vontade para dar uma ajuda!

Entre outras actividades, estão programadas jornadas desportivas (torneios), recreativas (concursos), culturais e de convívio. As inscrições continuam abertas nos CT's do Partido e nas sedes da Juventude Comunista dos distritos de

Na próxima semana falaremos dos outros acampamentos promovidos pelas organizações da UJC, nomeadamente os da Beira Litoral (Ovar-Furadouro), Beira Interior (Seia), Centro (Chamusca) e no Norte.

FESTA DA LIBERDADE
14, 15 JULHO
BELEM JUNTO A TORRE

O Comité Local de Lisboa do PCP promove no próximo fim-de-semana, em Belém, junto à Torre, uma grandiosa festa popular aberta a toda a gente. É a «Festa da Liberdade», jornada de unidade que terá o seu ponto alto no domingo, às 17 e 30, no grande comício com o camarada Alvaro Cunhal.

Do variado programa organizado pelo Comité Local de Lisboa, destacamos: sábado - a partir das 10 horas, provas desportivas, modelagem, pinturas e gincanas; a partir das 12, robertos, fantoches e rancho infantil; às 15 e 30, canto livre; às 21 e 30, «Grande Noite do Fado de Abril»; a partir das 23 horas, baile popular animado pelo conjunto "Os Vermelhos", havendo ainda projecção de filmes, bancas, exposições, «comes-e-bebes», etc.; no domingo - às 10 horas, manhã infantil com classe de ginástica; 11 horas, «Mesa dos Ofícios»; 12, espectáculo infantil, palhaços e grupos infantis; das 15 e 30 às 17 e 30, grande espectáculo com Carlos Mendes, Edmundo Silva, José Barata Moura, João Fernando, Luísa Basto, grupo "Trovante", grupo musical "Hoje", acordeonistas, coros alentejanos e ranchos folclóricos; às 17 e 30, comício com a participação do secretário-geral do PCP. As bancas, «comes-e-bebes», exposições, passagem de filmes e slides são também iniciativas integradas no programa para domingo.

Camarada leitor: vale a pena passar por Belém no próximo fim-de-semana. Leve um amigo e, é claro, as crianças, porque para essas a Festa da Liberdade vale por em particular muitas surpresas e muitos momentos de alegria.

Festa da Liberdade Sábado e domingo todos a Belém

O Comité Local de Lisboa do PCP promove no próximo fim-de-semana, em Belém, junto à Torre, uma grandiosa festa popular aberta a toda a gente. É a «Festa da Liberdade», jornada de unidade que terá o seu ponto alto no domingo, às 17 e 30, no grande comício com o camarada Alvaro Cunhal.

Do variado programa organizado pelo Comité Local de Lisboa, destacamos: sábado - a partir das 10 horas, provas desportivas, modelagem, pinturas e gincanas; a partir das 12, robertos, fantoches e rancho infantil; às 15 e 30, canto livre; às 21 e 30, «Grande Noite do Fado de Abril»; a partir das 23 horas, baile popular animado pelo conjunto "Os Vermelhos", havendo ainda projecção de filmes, bancas, exposições, «comes-e-bebes», etc.; no domingo - às 10 horas, manhã infantil com classe de ginástica; 11 horas, «Mesa dos Ofícios»; 12, espectáculo infantil, palhaços e grupos infantis; das 15 e 30 às 17 e 30, grande espectáculo com Carlos Mendes, Edmundo Silva, José Barata Moura, João Fernando, Luísa Basto, grupo "Trovante", grupo musical "Hoje", acordeonistas, coros alentejanos e ranchos folclóricos; às 17 e 30, comício com a participação do secretário-geral do PCP. As bancas, «comes-e-bebes», exposições, passagem de filmes e slides são também iniciativas integradas no programa para domingo.

Campanha para a nova sede em Beja: Grande festa em Aljustrel no dia 22

Alcançados 300 contos!

Prossegue, num bom ritmo, a campanha para a nova sede distrital do Partido em Beja. «A par dos resultados financeiros, objectivo para o qual estão a contribuir e a trabalhar com entusiasmo muitos militantes e simpatizantes do Partido, é de assinalar o acolhimento e a viva participação das populações nos sítios onde a campanha é notória através de jornadas e de iniciativas abertas» - revela-nos a Comissão Distrital de Beja do PCP, num breve depoimento acerca da campanha.

Entre muitas outras iniciativas, já se realizaram a Festa da Barragem de Odivelas (Ferreira do Alentejo), em que estiveram presentes mais de três mil pessoas, que aplaudiram a intervenção política do camarada António Murteira, do CC, e a Festa do Facho, na Aldeia

Nova de S. Bento, em que participaram mais de mil pessoas, tendo-se registado uma intervenção pelo camarada Domingos Lopes.

Entre muitas outras iniciativas, já se realizaram a Festa da Barragem de Odivelas (Ferreira do Alentejo), em que estiveram presentes mais de três mil pessoas, que aplaudiram a intervenção política do camarada António Murteira, do CC, e a Festa do Facho, na Aldeia

Entretanto, segundo o controlo até ao passado dia 7, a campanha totalizava já cerca de 300 contos, assim distribuídos (posições concelhias):
Serra - 52 758\$70; Aljustrel - 42 659\$90; Alvíto - 7967\$40; Castro Verde - 1 481\$20; Odemira - 19 222\$90; Ferreira do Alentejo - 1887\$50; Vidigueira - 4300\$00; Moura - 1835\$70;

Entretanto, no próximo dia 22 (domingo) decorrerá em Aljustrel a «Festa da Represa da Mina», onde, durante todo o dia, os trabalhadores, operários, mineiros, emigrantes, e suas famílias, se encontrarão para conviver e debater a presença do concelho na Festa do «Avante!». Participará no comício da festa o camarada Ruben de Carvalho, membro suplente do Comité Central e chefe de redacção do «Avante!».

Excursão a F. do Zêzere

A realização de uma excursão à Ferreira do Zêzere, no próximo dia 22, é o motivo do encontro que decorrerá amanhã, a partir das 21 e 30, no Centro de Trabalho de S. Bernardo (Estrela), em Lisboa, reunião para a qual estão desde já convidados todos os camaradas naturais de Ferreira do Zêzere residentes na área da capital.

Segundo nos revelaram os promotores da iniciativa, a excursão proporcionará a participação num «pic-nic» com amigos da Aliança Povo Unido (APU) naquela terra. O preço da viagem é 250\$00 e recebem-se inscrições pelos telefones 975702 ou 890996.

Reunião de Quadros em Almeirim

No próximo domingo, às 9 e 30, realiza-se em Almeirim uma Reunião Regional de Quadros, com a seguinte ordem de trabalhos: «a organização e as eleições para as autarquias locais».

Estarão presentes os camaradas Joaquim Gomes, do Secretariado e da Comissão Política do CC, e Raimundo Cabral, suplente da Comissão Política e membro do CC.

Carlos Brito em Alvalade-Sado

Os comunistas de Alvalade do Sado promovem no próximo fim-de-semana a «Festa do Trabalhador», festa da unidade e convívio com um variado programa de âmbito cultural e recreativo.

No domingo, às 20 e 30, realiza-se o comício da Festa, no qual será feita uma intervenção pelo camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do Partido e presidente do Grupo Parlamentar do PCP.

Alfredo Diniz, Alex

Cinco anos depois da alvorada libertadora de Abril, em que o povo saiu à rua para exigir justiça, continua bem presente na memória de todos os antifascistas portugueses o assassinato pela PIDE do dirigente comunista Alfredo Diniz, «Alex».

Actividade na Federação das Juventudes Comunistas, no Socorro Vermelho Internacional e também no nosso Partido.

Foi em 4 de Julho de 1945, na estrada de Bucelas, que o camarada «Alex», com apenas 28 anos, tomou baleado pelo criminoso José Gonçalves, agente da polícia fascista, que, na altura, chefiava uma brigada constituída pelos pides Mário Constância e António Baptista da Silva.

Ainda em 1938 foi preso pela PIDE e sujeito a 18 meses de violentas torturas, tendo sempre resistido com coragem e firmeza.

Nascido a 29 de Março de 1917, operário e filho de operários, o camarada Alfredo Diniz desde muito jovem se destacou na luta pela defesa dos interesses da sua classe, estando sempre na vanguarda das lutas reivindicativas. Militante combativo, «Alex» foi acima de tudo um camarada de acção em todos os sectores e tarefas. Em 1937 e 1938, por exemplo, frequentava o curso industrial nocturno e desenvolvia intensa

Uma vez em liberdade, retomou a sua militância e a sua acção como revolucionário. Já na clandestinidade (a que foi obrigado pela sua activa participação nas greves operárias da região de Lisboa em Outubro e Novembro de 1942), «Alex» desenvolveu um intenso trabalho político no decorrer das greves da Lisboa e Baixo Ribatejo em Julho e Agosto de 1943 e Maio de 1944.

Dádiva ao Partido

Os donativos dados ao Partido encerram, além do valor da contribuição financeira, o valor do apoio político, da solidariedade, da dedicação. Milhares de referências se poderiam fazer a camaradas e amigos que anonimamente têm ajudado o Partido com contribuições mais ou menos vultosas.

Entre muitos outros, um caso nos parece de referir. O da viúva de um dedicado e combativo camarada, que na continuação da luta revolucionária do seu companheiro e no quadro da sua própria luta, recentemente entregou ao Partido a quantia de 30 contos. A viúva de Gabriel Pedro - a camarada Maria Adelaide Pedro.

Agenda

Dia 13, Sexta-feira
Vale do Santarém, às 21.30, sessão de esclarecimento na Sociedade Recreativa Operária. • Atalala (Vila Nova da Barquinha), às 21.30, sessão de esclarecimento na Escola Primária • Figueira da Foz, início da Festa "Férias-79".

Dia 14, Sábado
Sesimbra, às 21 horas, sessão de esclarecimento com o camarada Carlos Brito, membro da Comissão Política do Comité Central, no Externato St. Joana. • Figueira da Foz, "Férias 79". • Lisboa, início da Festa da Liberdade, em Belém.

Dia 15, Domingo
Figueira da Foz, "Férias 79". • Lisboa, em Belém, junto à Torre, Festa da Liberdade, com comício às 17.30 com Alvaro Cunhal.

Dia 16, Segunda-feira
Tancos, às 21.30, sessão de esclarecimento na Junta de Freguesia.

Dia 17, Terça-feira
Moita do Norte (Vila Nova da Barquinha), às 21.30, sessão de esclarecimento, na Escola Primária Nova.



A inauguração do Centro de Trabalho em Sobreda da Caparica junto algumas dezenas de camaradas e amigos

Novo CT na Sobreda da Caparica

Desde o princípio desta mês os comunistas contam com mais um Centro de Trabalho: foram os camaradas de Sobreda da Caparica, concelho de Almada, que inauguraram, num ambiente de grande entusiasmo e alegria, o novo CT do Partido. Na altura, o camarada Ferreira de Oliveira referiu-se aos entraves postos pelos senhorios contactados pela organização. Contudo, foi possível graças ao trabalho voluntário e árduo de muitos camaradas e amigos, reconstruir a casa onde

está agora instalado o CT, edifício (em ruínas) cedido por tempo ilimitado e gratuitamente pelo senhorio. O camarada Manuel Maia, deputado na AR e membro suplente do CC do Partido, falando na festa-conívio que assinalou a inauguração do CT, sublinhou que «cada novo Centro de Trabalho que se abre é mais um polo de irradiação da influência do Partido, é a sua presença viva e actuante no seio das massas, é a afirmação da confiança inabalável dos comunistas no futuro democrático do nosso país».

A CDL presente nas "Férias 79" na F. da Foz com o Mercado do Livro e do Disco

Livros da Festa:
Uma certa maneira de cantar: 250\$00-120\$00
Refúgio Perdido: 50\$00-30\$00
Nebulosa de Andrómeda: 150\$00-90\$00
O.E. Lenine, II volume: 250\$00-150\$00

Sessões de autógrafos com Fernando Farinha, Brigada Vitor Jara, J. Barata Moura, J.C. Ary dos Santos, N. Gomes dos Santos, J.J. Leitria, Samuel e Carlos Paredes

Cartões do Partido

Recordamos aos camaradas aceites como membros do Partido há mais de um mês e que ainda não têm o cartão, que devem, o mais depressa possível, contactar pessoalmente ou por escrito a Comissão Central da Organização, organismo onde devem expor o seu assunto. A CC da Organização funciona na Rua Soeira Pereira Gomes, 1699 Lisboa, Codex.

Grândola e Baixa da Banheira: Festas de unidade e confiança no futuro onde a luta política marcou presença

O camarada Álvaro Cunhal deslocou-se no último domingo à Grândola e à Baixa da Banheira para participar, respectivamente, na Festa da Fraternidade e na Festa da Revolução, grandes iniciativas de unidade, convívio, amizade, confiança no futuro e também de firmeza na luta política.

Enriquecidos com a experiência da edição do ano passado (a primeira) e animados com os êxitos obtidos e a popularidade alcançada pela iniciativa, os comunistas de Grândola, apoiados na população do concelho e contando com a simpatia dos concelhos vizinhos, promoveram a Festa da Fraternidade-79 a pensar e a trabalhar para uma festa de maior impacto, mais organizada, viva e atraente. O trabalho foi duro e difícil. Mas os comunistas de Grândola conseguiram alcançar os seus objetivos.

Tal como disseram ao «Avante!», os camaradas Delgado e Manuel Martins, ambos da Comissão Concelhia de Grândola do PCP, «a Festa da Fraternidade de 78 mostrou o que os comunistas são capazes e deu-nos confiança para a realização desta Festa este ano de âmbito mais largo e com uma adesão popular superior».

«A participação de mais de 44 pavilhões (contra 27 em 1978), o alargamento do programa artístico, a inovação e presença de

vários sectores e das Concelhias vizinhas e também a realização do grande comício com o camarada Álvaro Cunhal são factos que evidenciam bem a grandeza da Festa da Fraternidade, cujo êxito se deve em boa parte à colaboração de muitas camaradas e amigas que voluntariamente ofereceram diversos artigos para serem vendidos na Festa» — acrescentaram os elementos da Concelhia que falaram ao «Avante!».

«Assimilando o que aconteceu na Baixa da Banheira, muitos foram os aspectos de relevo que chamaram a nossa atenção na jornada festiva realizada em Grândola. Primeiro que tudo, o ambiente de unidade, convívio e franca camaradagem, o ambiente de amizade e confiança no futuro, no futuro que, apesar das ofensivas da direita e dos crimes do MAP, se constrói nos campos da Reforma Agrária pelas mãos dos que no passado sofreram a fome, o desemprego e a miséria e que no presente se mantêm unidos na luta contra os que querem fazer voltar a vida àquele passado».

«Por isso, do princípio ao fim, a Festa da Fraternidade em Grândola, terra da Reforma Agrária, foi também uma jornada em que a luta política marcou presença destacada. Assim aconteceu nos colóquios, nas exposições, nos espectáculos e no

comício que decorreu ao fim da tarde no último dia da Festa — domingo.

«Presentes na mesa do comício — a que assistiram milhares de pessoas, na sua maioria trabalhadores agrícolas — os camaradas Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP; Américo Leal, do CC e da DORS; José Maria, Mendes, Reis, Martins, Delgado, Galvão, Arelas, Heitor, Pedro e Casaca, todos membros da Comissão Concelhia e ainda José Arelas, da Comissão da Festa».

«Antes do camarada Álvaro Cunhal — de cuja intervenção publicamos separadamente alguns extractos significativos — falou Manuel Martins que sublinhou a maior venda de EFS» a «melhor propaganda da nossa Festa» e o intenso trabalho de implantação realizado no estádio municipal de futebol, o recinto da Festa. Ao salientar que esta foi preparada por «centenas de camaradas e amigos», revelou que o seu êxito se ficou a dever «ao esforço desenvolvido pelos camaradas do organismo intermédio da RA, das Comissões Locais do Partido das Américas, Canal Caveira, Cadoços, Aldeia do Futuro, Melides, Carvalho, S. Margarida da Serra, Lousal, Barros e Grândola, com os seus nove baixos representados; células dos Pequenos e Médios Comerciantes e Industriais, Motoristas e Ajudantes, Corticeiros,

Autarquias e Saúde; organização de mulheres, UJC e UEC, Pioneiros, Revista Internacional e ainda as organizações de Alcácer do Sal e Santiago do Cacém».

«A luta continua!», «Unidade!», «PCPI» e «Avante!», «Avante!» com a Reforma Agrária, foram algumas das palavras de ordem entoadas pela numerosa assistência, que saudou calorosamente o secretário-geral do PCP, cuja intervenção foi seguida com grande interesse e várias vezes interrompida por fortes aplausos.

«Após o comício, a Festa continuou com a apresentação de ranchos folclóricos, entrega de prémios dos torneios desportivos, sorteio da EF, apuramentos de poemas populares, espectáculo com Ary dos Santos e Fernando Tordo, noite de fado e cinema, entre outras iniciativas. No decorrer da Festa, iniciada no sábado à 9 da manhã e encerrada à noite na madrugada de segunda-feira, o programa previamente estabelecido foi cumprido na íntegra, tendo-se registado ainda algumas actividades, extra-programa.

A festa antiga mais partidária

Entretanto, na Baixa da Banheira realizou-se pela quinta

vez consecutiva a mais antiga festa promovida pelo PCP. Como disseram ao «Avante!», alguns camaradas pertencentes à Comissão Concelhia da Moita, organismo que promoveu a iniciativa, e também o camarada Joaquim Silva, presidente da Assembleia de Freguesia da Baixa da Banheira, «a dinâmica popular imposta depois da Revolução de Abril e o poder criativo e militante dos trabalhadores do nosso concelho foram impulsores da ideia que a Comissão Concelhia da Moita abraçou com entusiasmo, forçando e orientando de imediato os trabalhos de preparação para a primeira «Festa da Revolução», que viria a realizar-se na primeira semana de Julho de 1975, precisamente no mesmo local deste ano. Daí para cá não mais se deixou de promover esta festa popular do PCP».

«Pelos conquistas de Abril» — este lema central da Festa da Revolução, que este ano levou ao Alto da Serra — mais 30 por cento de participantes em relação ao ano anterior», que tiveram oportunidade, desde sexta-feira até domingo, de conviver numa entusiástica jornada de unidade popular, «cujo programa (variado e atraente) foi cumprido e até reforçado».

«Além do comício realizado no domingo à noite, foram notas salientes da Festa — que teve entrada livre — a participação dos

Pioneiros, o cinema, baile, exposições, venda de produtos da Reforma Agrária, teatro, acampamento e os espectáculos com Luísa Basto, Joaquim Pessoa, Fernando Grade, Adriano Correia de Oliveira, «Vozes do Amanhã» e «Vozes da Revolução», entre outros.

A par das actividades infantis e das iniciativas de alguns dos numerosos «stands», nomeadamente o das Associações da Amizade com os países socialistas, as jornadas desportivas da Festa mobilizaram também a atenção e participação de muitos camaradas e amigos: mais crianças dos 7 aos 13 anos e cerca de 500 adultos (homens e mulheres).

No domingo, por volta da 21 e 30, o centro das atenções foi o grande comício com o camarada Álvaro Cunhal. Além do secretário-geral do PCP estavam na mesa

Sofia Ferreira, do CC e da DORS; José Luís e Maria Albertina, ambos do executivo da Comissão Concelhia da Moita; Fernando Moreira, da CC da Moita e presidente da Câmara Municipal; Adriano Soares, da Comissão de Freguesia da Baixa da Banheira; Carvalho e José Lourenço, da Comissão de Freguesia da Moita; Vítor Durão, da Comissão Distrital de Setúbal da UJC; e Glória, do Secretariado da UEC da Baixa da Banheira.

O primeiro orador do comício foi o camarada José Luís que salientou o trabalho voluntário de camaradas e amigos na actividade preparatória da Festa, as ofertas de muitas militantes e simpatizantes do Partido, as iniciativas da juventude e a presença dos artistas convidados, tendo referido também a acção da GNR, «que assegurou a regularização do trânsito durante as provas desportivas». A dada passo, declarou que a quinta Festa da Fraternidade atingiu dois importantes objetivos: possibilitou um fraterno convívio entre comunistas e população em geral, e também a recolha de fundos, tarefa essencial face às despesas crescentes derivadas do alargamento do Partido e da sua acção.

Antes do camarada Álvaro Cunhal — que foi entusiasticamente saudado pela assistência — falou o representante da juventude comunista. Referiu-se em linhas gerais aos actuais problemas da juventude, nomeadamente o desemprego e a falta de saídas profissionais, tendo declarado a certa altura: «A formação de uma única organização da Juventude Comunista, que irá realizar o seu Encontro Nacional Unificado a 10 e 11 de Novembro deste ano, será de facto, pelo seu peso, capacidade de actuação e iniciativa, um marco importante na história do movimento da juventude portuguesa.»

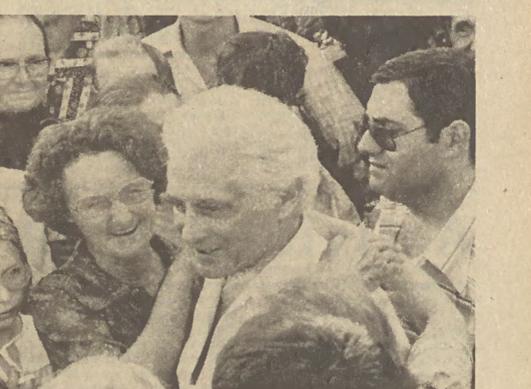
Durante o comício chegou à mesa uma saudação de um grupo de retornados, momento que seria vibrantemente sublinhado pelos presentes.

O último orador foi o camarada Álvaro Cunhal. Publicamos à parte também alguns extractos da sua intervenção.

Resultados dos sorteios da Festa da Revolução

Na 5.ª Festa da Revolução na Baixa da Banheira realizou-se um sorteio seguido com grande expectativa. Foi o «sorteio das entradas». Aqui ficam os números premiados:

1.ª - 3162; 2.ª - 3111; 3.ª - 3134; 4.ª - 3411; 5.ª - 3410; 6.ª - 2325; 7.ª - 3524; 8.ª - 4524; 9.ª - 3452; 10.ª - 3223. Para os felizes contemplados, os nossos parabéns; para os outros, a nossa solidariedade e também o nosso conselho: não falem à 6.ª Festa da Revolução, na Baixa da Banheira, em 1980!



Extractos das intervenções de Álvaro Cunhal

● As medidas ilegais serão rectificadas, a Reforma Agrária vencerá

Os agrários acabarão por ver vítimas da própria ambição. Se se tivessem contentado com os 50 000 pontos da Lei da Reforma Agrária de 1975 — o que já era excessivo — teriam ficado com terra bastante, ficariam ainda ricos e com essa sua riqueza garantida e a agricultura na zona da Reforma Agrária, estabilizada e apoiada pelos governos, estaria em condições de se lançar à produção e ao desenvolvimento.

Mas não. Não se contentaram com os 50 000 pontos. Apoiados pelos sucessivos governos, tendo o MAP ao seu serviço, conseguiram fazer aprovar a lei Barreto. Lançaram-se ao ataque contra a Reforma Agrária e à liquidação de UCPS e cooperativas. Praticaram toda a espécie de irregularidades, de ilegalidades, de brutalidades e violências. Obtiveram do MAP reservas gigantescas, dadas a quem a elas não tem direito, com pontuações duas, três e quatro vezes superiores ao permitido pela própria lei Barreto. Roubaram terras, gados, máquinas. E começaram a reconstituir abertamente os latifúndios. Mandaram espancar, ofender, morder por cães ferozes os trabalhadores.

Nós aqui declaramos solenemente que a reacção e os agrários não alcançarão os seus criminosos propósitos.

Poderá agora o governo ilegal e usurpador restaurar tais ou tais latifúndios. Mas os actos inconstitucionais, arbitrários e ilegais do governo são insanavelmente nulos por natureza. O povo português não os pode reconhecer e não os reconhecerá como definitivos.

Por isso, o nosso IX Congresso incluí na Plataforma para uma Alternativa Democrática «a restituição às UCPS e cooperativas das terras, gados, máquinas, instalações que legitimamente lhes pertencem e lhes foram ilegalmente retiradas quase sempre pela violência».

Por isso lutamos e lutaremos para que as terras roubadas às UCPS e cooperativas voltem para as mãos de quem trabalham.

Lutamos e lutaremos para que as instalações, as máquinas, os gados, as benfeitorias realizadas pelos trabalhadores voltem para as mãos das UCPS e cooperativas.

Lutamos e lutaremos para que as UCPS e cooperativas destruídas pelas acções ilegais do MAP sejam reconstituídas e para que nas terras restituídas aos trabalhadores de novo floresça o trabalho, o bem-estar, o progresso e a confiança no futuro.

Os latifundiários não quiseram compreender a generosidade dos trabalhadores ao acitarem que ficassem com reservas de 50 000 pontos. Haverá de ter em conta as lições da experiência.

A Reforma Agrária com a liquidação do latifúndio e a posse perpétua da terra por quem a trabalha correspondeu inteiramente às exigências da evolução social e do progresso. Foi uma reforma absolutamente indispensável, historicamente necessária e inevitável.

As forças reaccionárias, os inimigos da Reforma Agrária, laboram num erro basililar se pensam que os latifúndios podem voltar a ter futuro em Portugal.

A reacção pode morder na Reforma Agrária, pode liquidar algumas UCPS e cooperativas, mas a Reforma Agrária seguirá o seu caminho até à sua realização completa.

A Reforma Agrária é parte integrante e inalienável do regime democrático português. A liquidação dos latifúndios é um princípio sagrado da Constituição da República insusceptível de revisão constitucional.

Lutamos e lutaremos sem pausas, sem desânimo, sem enfraquecer um momento sequer a nossa confiança, para que a Reforma Agrária seja completamente realizada, para que os latifúndios de todos os latifúndios — sejam de uma vez para sempre liquidados e para que, também de uma vez para sempre a terra seja entregue a quem trabalha.

● A hipótese de um governo PS — dissidentes do PPD

Pela nota da Presidência da República do dia 6, conclui-se que, no momento actual, apenas existem na prática duas possíveis saídas para a crise do governo: ou a formação de um governo tendo como base de apoio na Assembleia da República o PS e os 37 dissidentes do PPD (ASDI); ou a dissolução da Assembleia da República e a convocação de eleições intercalares no prazo de 90 dias, com a formação de um governo de gestão. Qual a posição do PCP em relação a estas duas possibilidades?

Como todos nos lembramos, o nosso Partido foi o primeiro a avançar em 31.7.77, como saída constitucional para a crise política que então se aprofundava, a formação de um governo democrático ou a dissolução da Assembleia da República e a realização de novas eleições.

Entretanto, passaram dois anos. A realização de eleições intercalares para a Assembleia da República a um ano de distância das outras que obrigatoriamente se devem realizar em 1980 — para mais tendo em conta, que haverá também este ano eleições para as autarquias e no ano próximo para a Presidência da República — tem sem dúvida os inconvenientes de repetidas campanhas eleitorais com a consequente absorção de tempo, atenções, energias e recursos.

Dai a necessidade de esgotar as possibilidades de formação de um governo democrático na base da actual Assembleia da República.

Na Assembleia da República continua a existir uma maioria de deputados do PS e do PCP. Se o PS quisesse entender-se com o PCP, os dois partidos estariam em condições de assegurar na Assembleia uma maioria folgada de suporte a um governo democrático.

Infelizmente, o PS tem preferido sistematicamente uma política em defesa do capital, dos latifundiários e do imperialismo, contra os trabalhadores, e uma política em defesa dos trabalhadores contra o grande capital, os latifundiários e o imperialismo. Tem preferido sistematicamente alianças com os partidos do capital — o CDS e o PPD — a uma aliança com o partido dos trabalhadores — o PCP.

As condições não estão naturalmente maduras para a formação rápida de um governo resultante de um acordo entre o PS e o PCP.

Sendo assim, qual a atitude do PCP em relação à possibilidade, agora existente, da formação de um governo tendo como base de apoio parlamentar o PS e os «inadiáveis»?

O nosso Partido tem insistido na urgência do afastamento definitivo do exonerado e execrando governo Mota Pinto. Tem declarado repetidas vezes a sua disposição em examinar com o PS e outras forças e sectores democráticos todas as questões relativas à formação de um novo governo.

Devemos informar que, até agora, o PS não tem mostrado interesse em examinar atentamente com o nosso Partido a situação política a fim de estudar as possibilidades de uma acção comum, conjunta, convergente ou coincidente, para a solução da crise e a formação de um novo governo.

E também muito pouco possível, dadas as posições conhecidas, que o PS e os dissidentes do PPD — no mesmo momento em que o PS apoia o fascizante projecto da lei Gonelha e colabora com o PPD e o CDS e na UGT — estejam em condições de formar um governo com um programa e uma acção capazes de resolver os graves problemas que o país defronta.

De qualquer forma, se uma tal possibilidade se vier a concretizar nos dias próximos, o PCP examinará a situação com toda a objectividade e tomará posição.

● A hipótese de eleições intercalares

Quanto à possível realização de eleições intercalares, o PCP há muito preconiza uma tal saída constitucional para a crise, no caso de não se concretizar a formação de um governo democrático.

A questão está agora na ordem do dia. Se, dentro de poucos dias, o PS e os 37 da ASDI não chegarem a acordo e não fizerem ao Presidente da República uma proposta muito concreta para a formação de um novo governo, é quase certo que a Assembleia da República será dissolvida e novas eleições terão lugar no prazo de 90 dias.

A dissolução da Assembleia da República e a realização de eleições intercalares coloca entretanto alguns problemas e dá ainda motivo a algumas legítimas inquietações.

Um problema que não está esclarecido é o do governo de gestão que governará o país desde o afastamento definitivo do governo usurpador e exonerado de Mota Pinto e a realização das eleições.

Em relação a este problema temos de considerar questões de processo e questões de fundo.

Uma questão de processo é o momento da formação do governo e a forma da sua investidura. Na opinião do nosso Partido, um tal governo deve ser formado antes da dissolução da Assembleia da República e o seu programa (um programa de acção limitada) deve ser aprovado na Assembleia.

Questão de fundo é o da composição, da orientação política e do estilo de acção. Na opinião do nosso Partido, o governo a formar deve ser um governo de mera gestão dos negócios correntes, deve abster-se de tomar decisões em questões particularmente controversas, deve ter capacidade de diálogo e de isenção, deve repôr normas democráticas e pluralistas na Comunicação Social e deve assegurar condições democráticas na preparação e na realização do acto eleitoral.

Se estas condições não forem preenchidas, o carácter democrático das eleições pode ser gravemente comprometido e o próprio regime pode correr novos e sérios riscos.

De qualquer forma, camaradas, a não se concretizar rapidamente a formação de um governo PS-dissidentes do PPD, temos de admitir que a dissolução da Assembleia da República terá lugar ainda este mês e as eleições terão lugar no mês de Outubro. Entramos assim numa nova conjuntura, numa nova grande batalha política — novas eleições para a Assembleia da República — cujo resultado (qualquer que ele seja) terá consequências profundas na vida nacional nos próximos tempos.

E, sendo assim, temos de trabalhar desde já, tenazmente, para que os resultados das eleições contribuam decisivamente para atrair definitivamente por terra os planos reaccionários da revisão inconstitucional da Constituição e para que o regime democrático consagrado na Constituição seja definitivamente consolidado.

Temos de trabalhar desde já, tenazmente, para que os partidos reaccionários — o PPD, o CDS, o micro PPM e outros que tais — continuem em minoria, para que o eleitorado vote de novo nos partidos democráticos e para que o número de votos e o número de deputados do PCP aumente consideravelmente. E isto possível? Sim, é possível.

Não pomos qualquer dúvida em que a força e a influência do nosso Partido continua a crescer dia-a-dia e que um número cada vez maior de portugueses e portuguesas, mesmo muitos e muitas que não são comunistas, compreendem que o PCP é a mais forte barreira que corta caminho à reacção, é a única grande força política que defende coerente e firmemente os interesses dos trabalhadores e as conquistas da revolução, é uma força determinante na defesa, na continuidade e no desenvolvimento de Portugal de Abril.

Por isso, estamos certos, realizando-se eleições, o PCP registará uma grande vitória que contribuirá decisivamente para a consolidação das conquistas da revolução e do regime democrático.

● Comprometidos por agora os planos golpistas

As saídas possíveis e prováveis que se apresentam no momento actual para a solução da crise do governo inserem-se no quadro das instituições, no quadro do regime democrático.

Tanto a eventual formação de um governo com maioria parlamentar como a realização de eleições intercalares são saídas constitucionais, cuja legitimidade ninguém pode pôr em causa.

Estes factos mostram que, na sua estratégia visando a liquidação do regime democrático, os planos inconstitucionais e golpistas da reacção — designadamente do PPD/Sá Carneiro e do CDS — estão prestes a ficar nesta fase da vida política nacional definitivamente comprometidos.

A reacção — designadamente do PPD e do CDS — queria prolongar ainda mais o exonerado governo Mota Pinto, com a sua acção destrutiva, defendia mesmo que o exonerado governo Mota Pinto se transformasse num governo de gestão até à realização de eleições.

A reacção — designadamente do PPD e do CDS — conseguiu dar balões de oxigénio ao governo Mota Pinto. Conseguiu prolongar a sua nefanda existência. Não se sabe ainda, é certo, no caso de eleições intercalares, que tipo de governo será formado. Mas, de qualquer forma, a evolução da situação permite confiar em que a reacção não conseguirá transformar o governo Mota Pinto no governo de gestão até às eleições.

O governo usurpador e exonerado está chegando ao fim dos seus dias. Para alívio dos portugueses, o Primeiro-Ministro usará finalmente as chaves do seu carro e o governo usurpador será finalmente posto no olho da rua, deixando infelizmente atrás de si um rasto de arbitrariedades, de ilegalidades, de injustiças e de crimes que necessitarão de ser reparados.

A reacção — designadamente do PPD e do CDS — reclamam eleições, não eleições no quadro do regime e obedecendo às regras democráticas, mas eleições antidemocráticas, eleições fora do quadro das instituições, eleições associadas a iniciativas antidemocráticas. Exigiam uma lei eleitoral que possesse em causa o princípio da proporcionalidade e os círculos distritais. Exigiam que a Assembleia a eleger (contra o que determina a Constituição) durasse quatro anos e tivesse poderes de revisão constitucional. Exigiam que a revisão constitucional não respeitasse nem os prazos, nem a exigência da maioria dos dois terços, nem os limites materiais da revisão que, como se sabe não pode tocar nas grandes conquistas democráticas da revolução e nos princípios e características essenciais do regime democrático. Exigiam a adopção inconstitucional e ilegal de um referendo. Tudo somado: exigiam afinal uma saída para a crise do governo que (como o PCP numerosas vezes salientou) e responderia a um verdadeiro golpe de Estado.

A evolução da situação permite admitir que a reacção não conseguirá atingir estes seus objetivos.

As eleições para a Assembleia da República que aparecem como possíveis e mesmo previsíveis, são eleições realizadas no quadro constitucional e legal, eleições intercalares, para uma Assembleia da República que durará até às novas eleições de 1980 e não terá poderes de revisão constitucional.

Para a solução da crise do governo as forças reaccionárias, os inimigos do 25 de Abril, procuraram por todos os meios uma saída inconstitucional que possesse em causa o regime democrático e a Constituição da República.

A evolução da situação dá sérios motivos para confiar em que, apesar dos perigos ainda existentes, se aproxima da concretização uma solução constitucional e legal. Os planos golpistas da reacção, designadamente do PPD/Sá Carneiro, sofreram assim uma séria derrota. Trata-se de um importante passo na consolidação do regime democrático.

● A democracia mais forte que a reacção

A nossa confiança numa alternativa democrática para a situação actual radica-se na nossa inabalável e profunda confiança na classe operária, nos trabalhadores, no povo do nosso país e na consciência da força organizada, da capacidade de mobilização e do apoio de massas do movimento operário e popular, cuja vanguarda indiscutível é o nosso grande, experiente e heróico Partido.

Os trabalhadores portugueses possuem um poderoso movimento sindical independente e democrático, que é um exemplo da democracia interna, de unidade, de fidelidade aos interesses dos trabalhadores, a gloriosa CGTP-Intersindical Nacional, que tem saído triunfante das sucessivas operações divisionistas e que o sairá também na luta contra a fascizante lei Gonelha.

O povo português dispõe de movimentos de pequenos e médios agricultores fortemente organizados, de movimentações e organizações de intelectuais, de jovens, de mulheres, de variadíssimas formas de associação e acção de massas populares.

Gigantescas manifestações e concentrações, greves que revelam sólida unidade e as mais diversas formas de protesto e de intervenção, o trabalho produtivo e criador, a acção nos órgãos de soberania ou junto dos órgãos de soberania, mostram a força poderosa dos trabalhadores e das massas populares no Portugal em que vivemos.

Apesar dos governos de direita e da conquista pela reacção de posições no aparelho do Estado, a democracia é no Portugal de hoje incomparavelmente mais forte do que a reacção.

É legítimo perguntar, camaradas, quais as razões por que, no preciso momento em que o movimento operário e popular reforça poderosamente a sua organização, a sua capacidade de mobilização e de intervenção e a sua unidade, no preciso momento em que o PCP aumenta vozeiramente os seus efectivos, a sua influência e o seu prestígio, no preciso momento em que por toda a parte se verificam progressos na aproximação e unidade dos democratas; no preciso momento em que os partidos reaccionários, divididos internamente, recessos das eleições, se juntam desesperadamente em frentes eleitorais; no preciso momento em que se aproximam eleições e se prevê como possível uma nova derrota da reacção e um acentuado progresso do PCP — quais as razões por que, num tal momento, reaparecem os esquerdistas que ninguém mais virá ao longo das dificuldades, dos problemas, das lutas dos últimos anos.

Alguma vez, por exemplo, os trabalhadores e os democratas, se aperceberam da acção e militância do MES nestes últimos anos de dificuldades e de lutas?

Não, o MES desaparecera. Agora, porém, fala-se de eleições e logo aparece o MES a realizar um «Congresso» para definir a atitude do «partido» nos próximos actos eleitorais.

Quem não compreenda que a reparação e reactivação deste e de outros grupos se verifica, não para fortalecer a esquerda, mas para enfileirar-se e dividir-la e para em futuras eleições tentar diminuir a votação no PCP?

E o caso Oteló? Apesar das severas opiniões críticas que o nosso Partido tem acerca das acções de Oteló após o 25 de Abril, anotamos naturalmente com inquietação que Oteló, um destacado capitão de Abril, seja passado à reserva, quando militava que não escondem o seu odio ao 25 de Abril e à democracia se mantém no activo e são até colocados em lugares responsáveis.

Mas por que razão Oteló é relançado na vida política neste preciso momento? Por que razão a imprensa de direita lhe dá largo espaço e o aponta não como um perigo para essa mesma direita, como se poderia ingenuamente supor, mas «um perigo para o PCP»?

É quase certo, camaradas, que o esquerdismo irá reanimar-se com a aproximação das eleições, e aparecer, não para combater a reacção e a direita em geral, não para contribuir para a unidade e a vitória da democracia, mas para tentar dividir os trabalhadores e os democratas, para combater e caluniar o Partido, que é a força determinante, decisiva, indispensável e insubstituível para uma vitória da democracia sobre a reacção.

O povo português tem porém aprendido muito com a experiência e não se deixará enganar pelo radicalismo verbal dos esquerdistas de todos os matizes e pelo seu pseudo-revolucionarismo que só à reacção pode aproveitar.

As condições amadurecem para sustentar as ofensivas reaccionárias. A classe operária, os trabalhadores em geral, os camponeses, os intelectuais, os reformados, os deficientes, os pequenos e médios comerciantes e industriais, as mulheres, os jovens, constituem uma vastíssima frente social, poderosa, unida e invencível.

A reacção não passará. Será dada finalmente a viragem democrática na política portuguesa que garanta a consolidação final das conquistas de Abril e do regime democrático.

Havendo eleições, é necessário jogar tudo por tudo para alcançar uma grande vitória democrática que, para se-lo, terá que ser fundamentalmente uma grande vitória do PCP. Estamos confiantes, camaradas, em que assim sucederá.

Projecto de lei do PCP em debate nas autarquias

O Grupo Parlamentar do PCP, como o «Avante!» anunciou na semana passada, apelou para a discussão pública do projecto-lei de delimitação e coordenação das acções da administração central, regional e local, relativamente aos respectivos investimentos, apresentado no passado dia 3 na Assembleia da República.

Esse projecto — que publicamos na íntegra — assume no momento presente a maior importância, dadas as repercussões que inevitavelmente terá na

preparação dos planos de actividades e orçamentos dos órgãos de poder local, bem como na própria elaboração do Orçamento Geral do Estado.

Por isso, o Grupo Parlamentar do PCP considerou oportuno não adiar por mais tempo o debate desta matéria, tendo marcado para o próximo dia 19 a sua discussão no parlamento.

Até lá, muitas alterações, sugestões, críticas e apreciações do projecto — que transfere para as autarquias novas

e importantes responsabilidades no campo da habitação, urbanismo, equipamento escolar e de saúde, infância e velhice, abastecimento público, etc. — podem ser introduzidas.

Quando se afirmou que tais apreciações seriam tomadas em conta, independentemente das suas origens, mais não se pretendia do que permitir de facto um amplo debate nacional sobre a matéria.

O apelo do PCP foi escutado e o debate do referido projecto de lei já começou nos órgãos

de poder local, entre responsáveis autárquicos que, independentemente das suas ideologias políticas e partidárias, se interessam verdadeiramente pela melhoria das condições de vida das populações que os elegeram.

Importa agora que tão importante contributo seja canalizado em devido tempo para o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República, pois na próxima quinta-feira, dia 19, o plenário analisará o projecto apresentado.

Decisões antipopulares da «santa aliança» PS/PPD/CDS na Câmara do Porto

Está a ser congeminado nos gabinetes da Câmara Municipal do Porto um aumento de cerca de 60% no preço do metro cúbico da água e de 100% no aluguer dos contadores, com o benefício da «santa aliança» PS/PPD/CDS, que tem dominado aquela edilidade.

Entretanto, deve ser discutido na sessão da Assembleia Municipal do próximo dia 18 do corrente o inquérito instaurado ao Conselho de Administração dos SMAS, na sequência de uma série de denúncias relacionadas com a má

qualidade e o péssimo abastecimento de água.

A Coordenadora do Porto da Aliança Povo Unido denunciou aos representantes dos órgãos de comunicação social este (mais um...) «pacote» de medidas antipopulares. «Não se trata de um pequeno ajustamento. Trata-se, sobretudo, de um plano que prevê violentíssimos aumentos dos custos do metro cúbico da água e do aluguer dos contadores».

Os agravamentos de taxas, que os agraçados seriam os consumidores do Porto e concelhos limítrofes (Gaia,

Matosinhos, Gondomar, Maia e Valongo), são justificados pela administração dos SMAS como visando permitir a melhoria das condições de captação, tratamento e fornecimento de água.

Sem menosprezar a importância e urgência destas obras, a APU explicita uma concepção diversa daquela «santa aliança» quanto à origem dos financiamentos dos serviços públicos que, como acentua, são deficitários em qualquer parte do mundo...

Não deixa, entretanto, de ser curiosa a filosofia dos eleitos do PS, PPD e CDS na Câmara do

Porto. Como se sabe, devido à votação conjunta daqueles três partidos, a cidade do Porto terá menos 270 mil contos, em consequência de na AR não ter sido aprovada a aplicação integral da Lei das Finanças Locais, quando da votação do OGE.

Esta elevada quantia, caso tivesse sido colocada ao dispor da CMP, minimizaria bastante as dificuldades e possibilitaria o investimento em vários sectores, designadamente no abastecimento de água, sem sobrecarregar e atentar contra os interesses dos consumidores.

Actividades da APU

Eleitos e activistas da Aliança Povo Unido têm vindo a desenvolver uma intensa actividade, por todo o país, na análise dos problemas locais que mais afectam as populações e no estudo das respectivas soluções.

Encontro em Portimão

No passado sábado, por exemplo, realizou-se em Portimão o Encontro de Municípios daquele concelho que culminou numa série de reuniões preparatórias que mobilizaram milhares de pessoas e onde foram recolhidas centenas de propostas de solução para os problemas mais vivamente sentidos no concelho.

O encontro constituiu, aliás, um verdadeiro êxito, pois como se salientou na sessão de encerramento ele foi «a primeira tentativa colectiva séria levada a cabo nesta cidade para detectar os problemas e carências, diagnosticar situações e crises de forma sistemática e razoavelmente aprofundada, centrada numa perspectiva totalizante na acção e margem de acção dos órgãos de poder local».

Numerosas intervenções abordaram questões desde o desenvolvimento (necessário) das actividades desportivas — foi aconselhada a criação de Conselhos Desportivos de Freguesia e Municipal, formação de animadores desportivos e criação de recintos para a prática

do desporto — à necessidade dum intervenção eficaz do município junto do poder central para a resolução da crise da indústria conserveira, passando pela análise da deficiente situação nos transportes, na rede viária, e das carências de toda a ordem nas freguesias rurais.

A criança não foi esquecida, tendo sido dada especial atenção ao problema das crianças deficientes. Neste sentido o Encontro pronunciou-se a favor de um maior apoio à Cooperativa de Recuperação e Apoio à Criança Excepcional.

A acção da Câmara Municipal de Portimão, de maioria PS, mereceu severas críticas. Com efeito, como se fez notar, não faz sentido que o município chegue ao fim do ano com um saldo positivo de 20 mil contos quando o concelho se debate com tantas carências. Tal facto só poderá ser interpretado como má gestão dos dinheiros públicos.

Nem outra coisa seria aliás de esperar de uma «Câmara muda, como a de Portimão, que se mantém surda aos anseios populares e fechada ao diálogo com os seus municípios».

Festa no Alto de St.º Amaro

Canções, pinturas infantis, baile e uma intervenção política (a cargo de Anselmo Aníbal, vereador da APU na Câmara Municipal de

Porto) preencheram o programa do animado convívio popular promovido no passado sábado pela APU no Alto de St.º Amaro, em que participaram centenas de pessoas.

Mas a festa não fez esquecer os problemas que diariamente afectam o «alfacinha». Que faz a Câmara para os resolver?

Segundo Anselmo Aníbal, o município deveria começar por melhorar as suas próprias reuniões pois, como salientou, «estas caracterizam-se pela abordagem de assuntos de pequenas dimensões e apenas para nível administrativo e nos quais não se visualiza qualquer análise, por exemplo, dum bairro ou de uma freguesia».

É significativo, por exemplo, que das 130 reuniões do executivo em nenhuma se fez uma análise por freguesia, o que é manifestamente incorrecto.

Também a Junta de Freguesia não foi poupada a críticas. Como fez notar Vitor Silva, da APU de Alcântara, continuam por resolver questões tão prementes como a construção do novo mercado, o centro de dia para idosos e reformados, ou ainda a recuperação de imóveis degradados, para não ir mais longe.

Plenário na Madeira

A Aliança Povo Unido da Região Autónoma da Madeira realiza no

próximo dia 15, domingo, com início às 10 e 30 horas, o seu 1.º Plenário Regional.

Nesta importante reunião, democratas das mais variadas tendências e independentes analisarão a situação nas autarquias da Madeira, estando presentes pessoas de todos os concelhos e de Porto Santo.

Esta iniciativa será sem dúvida uma grande jornada de unidade e discussão dos grandes e graves problemas que afectam as populações de todas as zonas da Madeira e Porto Santo.

Ao 1.º Plenário Regional da APU, que se realizará no Funchal, na Rua da Queimada de Cima, 25 - 1.º, estará presente Luis Sá, membro da Coordenadora Nacional da APU e director da revista «Poder Local».

Acampamento em Trás-os-Montes

A APU realiza nos próximos dias 11 e 12 de Agosto um acampamento-convívio em Trás-os-Montes, no barragem do Peneireiro, concelho de Vila Flor.

Convidam-se todos os camaradas e amigos naturais de Trás-os-Montes e residentes fora da região a planearem desde já as suas férias, de forma a poderem participar.

É aconselhável levar favel reforcado e também tenda. As inscrições devem ser feitas para o Apartado 168, 5001 Vila Real Codex.

Subida da APU em Gafanhão

O resultado das eleições suplementares para a Assembleia de Freguesia de Gafanhão, no concelho de Castro Daire, realizadas no passado domingo, traduziu-se numa vitória da lista do PPD e numa subida (+100%) da APU, que ali tivera 4 votantes quando, em 1976, a freguesia participou nas eleições para a Assembleia Municipal de Castro Daire.

Engendo pela primeira vez o seu órgão deliberativo — até aqui era o plenário de cidadãos eleitores que escolhia directamente os responsáveis pela Junta de Freguesia — a população de Gafanhão deu, como era de esperar, a maioria ao PPD (135 votos), 38 votos ao PS e 0 voto à APU. Dos 209 eleitores inscritos a 31 de Junho de 79, 26 (11%) registaram-se um voto branco e outro nulo.

Como ainda recentemente

o «Avante!» referiu, o principal nestas eleições, independentemente dos votos, foi a capacidade da APU de apresentar lista própria, apesar de todas as tentativas de intimidação e coacção desenvolvidas pelos caciques locais.

Em Gafanhão, como em muitas outras freguesias do Norte do país em que a APU concorreu pela primeira vez, o caminho para a intervenção das forças democráticas está aberto: Importa agora continuá-lo, e sobretudo intensificá-lo, através do esclarecimento, da discussão dos problemas locais, do convívio e contacto constante com a população.

Só assim, nas zonas ainda dominadas pelo obscurantismo e a reacção que o fomenta, será possível dar a conhecer a face dos democratas, dos que realmente lutam pelo progresso e pela defesa dos interesses populares.

Juventude Portuguesa com os povos da África Austral

● Hoje à noite sessão na «Voz do Operário»

No âmbito da Comissão Portuguesa contra o Apartheid, várias organizações de juventude promovem esta noite, a partir das 21 e 30, na «Voz do Operário», em Lisboa, uma sessão pública de solidariedade para com a luta dos povos da África Austral.



«Aldeia da Juventude» na UCP 1.º de Maio

Por iniciativa do Departamento de Juventude da CGTP-IN, em colaboração com as Uniãoes Sindicais de Lisboa, Setúbal, Évora, Beja e Portalegre, vai realizar-se no barragem do Maranhão uma «Aldeia da Juventude» aberta à participação de todos os jovens, trabalhadores e estudantes, de todos os que queiram aproveitar uns dias de convívio e amizade.

«Não aos governos fantoches!», «Não ao racismo, apartheid e colonialismo!» e «Os povos do Zimbabwe, Namíbia e África do Sul precisam do teu apoio!» — são algumas das palavras de ordem da sessão que, certamente, levará à conhecida colectividade da Graça muitos jovens democratas, que assim prestarão a sua solidariedade e apoio aos povos da África Austral.

No «meeting» de logo à noite participará, na parte artística José Barata Moura, Adriano Correia de Oliveira e o grupo «Trovante», entre outros.

Salienta-se que a sessão é uma iniciativa conjunta da Juventude Operária Católica (JOC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Socialista (JS), União da Juventude Comunista (UJC), União dos Estudantes Comunistas (UEC), Associações de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa e do ISCAL e ainda Departamento de Juventude da CGTP-IN.

A iniciativa decorrerá entre 29 deste mês e 5 de Agosto. A inscrição é só 50\$00, e não haverá problemas com os transportes. As refeições não excederão os 60\$00.

O acampamento será instalado na UCP 1.º de Maio, em Avis (Portalegre), e terá um variado programa de actividades para os participantes.

Acampamento de Pioneiros em Monte Gordo (Algarve)

Entre o próximo domingo e dia 21 realiza-se em Monte Gordo, no Algarve, o II Acampamento dos Pioneiros de Portugal da região de Lisboa. Entretanto, os Pioneiros do Algarve preparam também o seu acampamento distrital. Contactados pelo «Avante!», concederamos-nos o seguinte depoimento:

Na mata nacional que se situa entre Vila Real de Santo António e Monte Gordo há uma grande azáfama desde o passado dia 9 de Junho, dia em que os Pioneiros dos núcleos de Vila Real de Santo António, Monte Gordo e Hortas esperaram, com uma bela sardinhã, os camaradas da organização concelhia do nosso Partido, que, à semelhança do ano passado, vinham transformar o pinhal num aprazível local onde se irá realizar o II Acampamento Distrital do Algarve dos Pioneiros de Portugal.

Este ano, tudo começou mais cedo! No ano passado, quando fizemos o balanço do que tinha sido o 1.º acampamento e quando procedíamos à sua desmontagem, sentimos a necessidade de que todo o trabalho realizado com esforço, espírito de sacrifício e muito amor deveria ser aproveitado por mais crianças, que noutras condições não teriam possibilidades de passar férias no Algarve.

Os Pioneiros da região de Lisboa aceitaram o nosso convite. Dificuldades burocráticas e sobretudo de abastecimento, tão difícil na época alta de turismo no Algarve, foram superadas.

As diferentes equipas de trabalho formadas por camaradas e amigos do Partido aceitaram com entusiasmo começar a trabalhar mais cedo e com mais força para que no dia 15, quando os Pioneiros da região de Lisboa chegarem a Monte Gordo, tudo esteja condignamente preparado como as crianças merecem e têm direito.

Quem passar pela estrada municipal que liga Monte Gordo

a Vila Real de Santo António aperceber-se-á certamente do bonito palco já montado no recinto de convívio, aberto a todos os que, a partir das 20 e 30, durante as duas últimas semanas deste mês, queiram participar nas diversões dos Pioneiros de Portugal. Talvez lhes desperte também o interesse ver o que se passa um pouco mais no interior do pinhal: lá já se encontram montados os sanitários, os banheiros, a cozinha e o refeitório. Em volta do espaço reservado ao acampamento há tendas montadas pelos camaradas que pediram antecipadamente as suas férias para trabalharem para as crianças, começando logo de manhã o trabalho para os últimos retoques.

A água está canalizada. A instalação eléctrica montada. Os poços de água potável abertos e prontos a serem utilizados. As fossas estão preparadas. Tudo está feito. Apenas se dão os últimos retoques. As camaradas dão as últimas pedaladas nas máquinas de costura para que seja colocada a cobertura no refeitório, que tem mais de 50 metros de comprimento.

Bem-vindos, Pioneiros de Portugal da região de Lisboa! A vos, que vindes descansar, brincar, conhecer as gentes e terras algarvias, aos vossos monitores, a todos os que aqui vêm trabalhar no vosso acampamento, na semana que antecede o nosso II Acampamento Distrital do Algarve dos Pioneiros de Portugal — fraternalmente desejamos as boas vindas.

Recordamos que os Pioneiros da região de Lisboa partem no dia 15, domingo, num comboio especial que levará as 230 crianças directamente do Barreiro para Monte Gordo.

O convívio, a amizade, a praia, o campo, vão ser os melhores «pontos» do programa. No entanto, há uma série de iniciativas programadas, a que nos referimos à parte.

Pioneiros acampados em Salir do Porto

Os núcleos dos Pioneiros de Portugal das Caldas da Rainha, Alcobaca, Peniche e Óbidos promoveram em Salir do Porto (freguesia das Caldas, situada junto a S. Martinho) um belo acampamento que encerra no próximo sábado, com uma festa de convívio aberta a toda a petizada, a partir das 15 horas.

O acampamento, que foi inaugurado no dia 8, junto 72 crianças oriundas daquelas localidades e também sete monitores. A sua realização foi possível devido à iniciativa dos Pioneiros (que promoveram campanhas de ofertas) e à colaboração voluntária de muitos camaradas e amigos, sendo de sublinhar, a propósito, a simpatia e a ajuda da população local.

Situado junto à praia e a um pinhal, portanto, numa aprazível zona, este acampamento dos Pioneiros, realização que possibilitou a dezenas de crianças umas férias, com convívio e amizade, é também imagem da capacidade de iniciativa dos militantes comunistas, velhos e novos, adultos e crianças, aliada à colaboração de outros democratas. Nada falta naquele acampamento, engalanado com bandeiras vermelhas de confiança no futuro que queremos construir para as crianças: cozinha, refeitório, chuveiros, biblioteca, posto médico, actividades de palco, jornadas desportivas, etc.

Na festa de encerramento actuarão palhaços de Peniche e as artistas amadoras Xana e Raquel, da Marinha Grande.

Iniciativas da «Portugal-URSS»

Por iniciativa da Associação Portugal-URSS, inaugura-se no próximo domingo, às 17 horas, no Palácio D. Manuel, em Évora, uma grande exposição sobre arquitectura e urbanismo na União Soviética e uma outra sobre a vida e obra de Leão Tolstói. Ao acto assistirão uma delegação da Associação URSS-Portugal, dirigida pelo seu presidente, camarada Georqui Ivanov, vice-ministro da Cultura da União Soviética, e também o conselheiro cultural da Embaixada da URSS em Lisboa, Stefan Mamontov, que fará a apresentação do certame sobre Tolstói.

À noite, na Sociedade Joaquim António de Aguiar, serão exibidos os filmes «Melodias da Rússia» e «Páginas da Biografia de Tolstói», dando-se assim início à exibição regular de filmes naquela sociedade.



Luísa Basto: uma presença no Encontro de Faro da «Portugal-URSS»

No fim-de-semana de 21 e 22, decorrerá o I Encontro Distrital de Faro da Associação, com a presença de sócios de toda a região algarvia. O encontro será realizado em Silves, estando previsto um programa que inclui, no sábado (21), uma tarde infantil na Sociedade Filarmónica Silvense, exibindo-se os filmes «Ave Mágica» e «Verão dos Pioneiros», e à noite, na mesma colectividade, a apresentação da película «O Pai do Soldado»; no domingo (22), haverá uma manhã desportiva, seguida de um almoço de confraternização dos sócios no castelo de Silves, terminando o encontro com um grande espectáculo musical em que participará Luísa Basto.

Intercâmbio

Entretanto, ontem à noite a Associação Portugal-URSS e a sua congénere soviética assinaram em Lisboa o Plano de Intercâmbio Cultural para 1979/80, num acto em que estiveram presentes os dirigentes das duas organizações.

O Plano, que contém linhas de cooperação e intercâmbio nos mais variados sectores, em particular sobre a realização de visitas recíprocas aos dois países, foi assinado na sede da Associação Portugal-URSS, na Rua de S. Caetano, à Lapa.

Homenagem a António Ferreira

No próximo domingo realiza-se em Sacavém uma homenagem à memória do militante antifascista António Ferreira, o «Compositor». Assim, às 10 horas será descerrada uma placa com o seu nome na rua onde viveu (antiga Rua do Outeiro, junto à Rua Manuel Silva), estarão presentes elementos das Juntas e Assembleias de Freguesia,

Comissões de Moradores, colectividades populares e organizações políticas.

Às 11 horas, será feita uma romagem à campa onde repousam os restos mortais de António Ferreira, operário cerâmico que tem o seu nome intimamente ligado à luta de resistência contra a opressão fascista.



Uma semana de iniciativas!

- DIA 15 - DOMINGO**
Manhã - viagem tarde - instalação noite - convívio
- DIA 16 - 2.ª-FEIRA**
manhã - (9/11.30h) - Actividade de praia (banho e actividades desportivas)
tarde - (16.30/18.30) - Acto inaugural do acampamento
noite - (20.30/22h) - Convívio
- DIA 17 - 3.ª-FEIRA**
manhã - (9/11.30) - Actividade de praia (banho e actividades desportivas)
tarde - (16.30/18.30) - Recolha de elementos naturais: visitas a fábricas e à vila
noite - (20.30/22h) - Convívio
- DIA 18 - 4.ª-FEIRA**
manhã - (9/11.30 h) - Actividade de praia (banhos e actividades desportivas)
tarde - (16.30/18.30) - Jogos recreativos; visitas a fábricas e à vila
noite - (20.30/22 h) - Convívio
- DIA 19 - 5.ª-FEIRA**
manhã - (9/11.30 h) - Actividade de praia (banhos e actividades desportivas)
tarde - (16.30/18.30) - Ginácans; visitas a fábricas e à vila
noite - (20.30/22 h) - Convívio
- DIA 20 - 6.ª-FEIRA**
manhã - (9/11.30h) - Actividade de praia, demonstração de salvamentos pelos Bombeiros Voluntários de Monte Gordo
tarde - (16.30/18.30) - Jogos recreativos; visitas a fábricas e à vila
noite - (20.30/22 h) - Convívio; Fogo de Campo
- DIA 21 - SÁBADO**
manhã - (9/11.30 h) - Actividades de praia (livres)
almoço convívio
tarde desimplantação e partida

FADO DE ABRIL

BOMBEIROS DO CACEM

14.7.79 - / 21.30h

Ana Pinto • Abílio Duarte • Artur Loureiro • Quim Valente • Natércia Aguiar • Guida Olival • Tonizete • João Alter • Zé Castanheira • César Pinto • Rui Olival • Sebastião de Jesus

edições Avante!

RUMO À VITÓRIA

A definição das características, dos objectivos e da via da revolução portuguesa

Alvaro Cunhal

RUMO À VITÓRIA

As tarefas do Partido na Revolução Democrática e Nacional

CD a distribuição

Semana

4 Quarta-feira 1776 - É declarada a independência dos Estados Unidos da América.

Os guerrilheiros sandinistas anunciam a tomada da cidade de Fivas e apertam o cerco a Managua. A polícia racista de Salisbúria (Rodésia) revela que guerrilheiros nacionalistas penetraram às primeiras horas de hoje até quase ao centro da cidade para atacar uma residência com armas de pequeno calibre e fogueões. As autoridades argelinas anunciam a libertação de Ahmed Ben Bella, dirigente revolucionário e primeiro presidente da República argelina. Explode uma bomba num salão de exposição de automóveis em Alagorja. Espanha, e terroristas disparam rajadas de metralhadora sobre o quartel da Guarda Civil em Vergra, região basca do Norte de Espanha. As forças políticas do Irão acusam o governo do primeiro-ministro Bazzargan de seguir uma política reaccionária e antidemocrática e de encorajar a prisão de revolucionários que combateram contra a ditadura do xá. A embaixada vietnamita em Paris divulga uma carta de trinta intelectuais do seu país, onde se faz uma análise circunstanciada da cínica campanha do imperialismo a favor dos "refugiados vietnamitas" e se explica como essa campanha é apenas mais um instrumento para atacar o Vietname.

5 Quinta-feira 1811 - É proclamada a independência da República da Venezuela.

A República de Cabo Verde comemora o 4.º aniversário da sua independência. O Parlamento israelita derrota uma moção de censura ao governo, apresentada com base na alegada ocultação do assassinio de quatro palestinianos por um oficial do Exército durante a invasão do Líbano, no ano passado. O governador do Banco Central do Irão anuncia que o seu país decidiu acabar com a ligação entre a sua moeda, o rial, e o dólar norte-americano, acrescentando que o Irão estabelecerá uma nova paridade do rial face aos direitos de saque especiais do FMI. O secretário norte-americano da Defesa, Harold Brown, declara que "estamos a caminhar para um aumento das nossas forças de segurança" na área do Oceano Índico e do Golfo Pérsico. O primeiro-ministro indiano, o democrata-cristão Giulio Andreotti, inicia consultas para formar governo. O México anuncia que aumentará o preço das suas exportações de ramos de petróleo em 32,2%, elevando-o de 17,10 para 22,60 dólares por barril. O bispo católico rodésiano Donald Lamont deixa a Rodésia afirmando que só regressará quando existir liberdade e justiça no país. O governo iraniano nacionaliza as indústrias de construção naval, automóvel, mineira, siderúrgica e aeronáutica.

6 Sexta-feira 1415 - João Huss, um dos percursores da Reforma, é queimado vivo por sentença do Concílio de Constança.

O enviado norte-americano Robert Strauss dá início a uma nova sessão de conversações israelo-egípcias sobre aquilo a que chama "autonomia palestiniana". Segundo uma sondeagem do diário de Málaga "Sol de Espanha", os hotéis da Costa do Sol, zona turística do Sul de Espanha, estão ocupados apenas em 30% da sua capacidade, devido ao pânico gerado entre os turistas pela série de ataques bombistas verificada naquela área. Os sandinistas tomam praticamente toda a cidade de Jinotepa, a 45 km de Managua, incluindo o hospital, o estádio de futebol e o edifício do corpo dos bombeiros, encontrando-se a Guarda Nacional cercada no quartel da cidade. O presidente Carter anuncia que revelará em breve fortes medidas para limitar a procura de petróleo estrangeiro por parte dos EUA.

7 Sábado 1945 - Começa a Conferência de Potsdam entre os chefes de Estado da URSS, EUA e Grã-Bretanha.

Os governos dos EUA e da China assinam um extenso acordo comercial válido por três anos, que concede aos dois países a categoria de "nação mais favorecida". Aproximadamente uma centena de familiares de presos políticos "desaparecidos", protestam frente ao Ministério do Interior argentino, em Buenos Aires; não houve incidentes e uma comissão foi autorizada a entrar no edifício para entregar uma nota ao ministro. Os EUA anunciam o adiamento da planeada venda de 50 caças-bombardeiros F-5E ao Egipto, por a Arábia Saudita se ter recusado a fornecer os fundos prometidos para este negócio, de 525 milhões de dólares. A Venezuela suspende as entregas de petróleo à ditadura de Somoza.

8 Domingo 1822 - Morre o poeta inglês Shelley.

O presidente da OLP, Yasser Arafat, responsabiliza os acordos de Camp David por acabarem com a Conferência de Paz de Genebra sobre o Médio Oriente. Dirigentes sandinistas rejeitam, apelidando-a de chantagem, uma oferta de auxílio dos EUA para reconstrução, em troca da garantia de que qualquer governo do pós-guerra seria alargado de modo a incluir membros "mais moderados". O governo iraniano ameaça romper a ligação vigente entre o dólar e o petróleo, anunciando que passará a aceitar outras moedas fortes em pagamento das suas exportações petrolíferas. Entra em vigor na China a nova lei sobre investimentos estrangeiros que, segundo diplomatas estrangeiros, é "extremamente liberal". Abel Muzorewa, o chefe do governo lanchote da Rodésia, parte numa viagem aos EUA e Grã-Bretanha, onde vai tentar obter o reconhecimento do regime racista, "enroutado" no seu governo "de maioria negra". O ditador Somoza declara aos dirigentes do seu Partido Liberal que "está disposto a sacrificar-se se receber garantias".

9 Segunda-feira 1919 - Apelo do Comité Central do PC(B)R "Tudo na luta contra Dénikine".

O comandante da Polícia Militar do Irão, general Saif Amir Rahimi, revela ter descoberto uma conjura de oficiais superiores do Exército destinada a provocar uma grande confrontação entre unidades rivais e enfraquecer a Revolução. Taghi Haj Tarkhani, um antigo activista contra o regime do xá do Irão e fundador da mesquita Gmohad, em Teerão, é assassinado por dois indivíduos, que se identificaram, num panfleto deixado no local, com o grupo terrorista "Forghan". Moçambique anuncia haver detido seis saboteadores na província de Manica e um espião na província de Tete. Um comunicado do Ministério da Defesa angolano anuncia que foram mortos onze pessoas em consequência de bombardeamentos de aviões racistas sul-africanos sobre a cidade de N'Giva, no sul do país.

10 Terça-feira 1941 - É organizado o movimento guerrilheiro nas zonas da URSS ocupadas pelos nazi-fascistas alemães.

Rádio Hanói afirma que a China enviou dez divisões para junto da fronteira comum e realinha que os chineses, desde Maio último, entraram várias vezes em território vietnamita e dispararam tiros de artilharia e morteiro através da fronteira. O ministro iraniano da Defesa, Taghi Rahimi, destituiu o comandante da Polícia Militar, general Saif Amir Rahimi, que ontem denunciou uma conjura militar, mas este recusa-se a aceitar tal decisão, afirmando que só deixaria o seu posto por ordem do "ayatollah" Khomeiny.

Reunião em Berlim de representantes dos partidos comunistas e operários dos países da comunidade socialista

Representantes de partidos comunistas e operários dos países socialistas, reunidos recentemente na capital da República Democrática Alemã, puseram em relevo o papel até agora desempenhado pela comunidade de Estados socialistas na luta pela paz e pelo desarmamento, nomeadamente através de acções firmes, perseverantes e consequentes no campo da política externa.

De 3 a 5 de Julho reuniram-se em Berlim secretários dos Comités Centrais dos partidos comunistas e operários dos países socialistas, encarregados das questões internacionais e ideológicas, com vista à troca de informações e opiniões sobre os actuais problemas da acção conjunta naqueles dois sectores, bem como sobre o processo de desanuviamento. Foi unanimemente reconhecido na reunião de Berlim o recente tratado de Viena de limitação das armas estratégicas (SALT II), assinado pelos presidentes Leonid Brejnev e James Carter, como um importante passo no fortalecimento da coexistência pacífica entre os Estados com sistemas políticos e sociais diferentes. A completa realização dos acordos de Viena abre novas perspectivas na solução de um dos mais candentes problemas da actualidade internacional: a corrida aos armamentos e o perigo de uma nova guerra.

Quem participou

Participaram na reunião de Berlim delegações do Partido Comunista da Bulgária, do Partido Comunista da Checoslováquia, do Partido Comunista de Cuba, do Partido Socialista Operário Húngaro, do Partido Socialista Unificado da Alemanha, do Partido Comunista do Vietname, do Partido Revolucionário Popular de Laos, do Partido Revolucionário Popular da Mongólia, do Partido Operário Unificado Polaco, do Partido Comunista Romeno e do Partido Comunista da União Soviética.

questões de informação e propagação. Uma das importantes conclusões saídas da reunião refere-se ao papel de primeiro plano que os países da comunidade socialista têm desempenhado no impedimento de uma nova guerra, no fortalecimento da segurança internacional e no progressivo desenvolvimento

Apoio à Cimeira dos Não-Alinhados

No decorrer dos trabalhos da reunião de Berlim os participantes realçaram o grande significado de que se reveste a próxima VI Conferência dos Chefes de Governo e de Estado dos Países Não-Alinhados, que terá lugar em Havana no próximo mês de Setembro. Foi expressa a certeza de

militaristas, neofascistas e neonazis - empreendidas pelos círculos agressivos e mais reaccionários do imperialismo - foi denunciada, e acentuada a intenção de as combater com firmeza, nomeadamente no aspecto ideológico. A este respeito foi justamente denunciado o papel que têm jogado os sectores militaristas da NATO, A demonstração, no recente 30.º aniversário do CAME, aí estão as espantosas conquistas socioeconómicas dos países membros, os sucessos da sua cooperação e as perspectivas do seu desenvolvimento. A cooperação no campo do estudo dos problemas teóricos e práticos do socialismo e dos novos fenómenos e tendências de desenvolvimento no mundo

Pela solidariedade internacionalista

As delegações dos partidos comunistas e operários da Bulgária, Hungria, Vietname, RDA, Cuba, Laos, Mongólia, Polónia, União Soviética e Checoslováquia, presentes na reunião de Berlim, assinaram um documento intitulado "Pela Solidariedade Internacionalista", em que afirmam, uma vez mais, a determinação dos seus partidos de fortalecer a solidariedade com todos os povos em luta contra o imperialismo e a reacção, guiando-se pelos princípios do marxismo-leninismo e do internacionalismo proletário. Os signatários declararam o seu pleno apoio ao povo vietnamita, que derrotou os agressores chineses, bem como à sua luta pela paz, a independência nacional, a soberania, a integridade territorial e o socialismo.

O documento manifesta ainda a solidariedade para com a República Democrática Popular de Laos e saúda o novo Kampuchea, cujo povo, guiado pelo seu legítimo Governo - o Conselho Revolucionário Popular - empreendeu, depois da derrocada do regime ditatorial de Pol Pot, o ressurgimento do país em bases verdadeiramente democráticas.

Foi mais uma vez reafirmado que os objectivos hegemónicos de grande potência de Pequim são aproveitados pelo imperialismo na sua luta contra o socialismo e constituem um perigo para todos os povos e, em especial, para os povos do Sudoeste Asiático. As agressões imperialistas e colonialistas dirigidas contra os povos de Ásia e de África que optaram pelo socialismo foram igualmente condenadas, e expressa a solidariedade para com as lutas do povo da Nicarágua, dos povos árabes, em especial o povo árabe da Palestina, dos povos da Namíbia, Zimbábue e África do Sul.

de hoje foi igualmente um dos pontos que os participantes na reunião caracterizaram como importante, no permanente enriquecimento e reafirmação do materialismo histórico e dialéctico, do socialismo científico, do marxismo-leninismo - a ideologia revolucionária da classe operária.

O trabalho ideológico e a grande força do socialismo

No decorrer dos trabalhos da reunião de Berlim, foi posto em relevo que uma das principais direcções do trabalho ideológico dos partidos irmãos do mundo socialista é e será a divulgação das conquistas económicas, técnicas, científicas, sociais, culturais e políticas que, cada vez mais, reafirmam perante os povos de todo o mundo a força vital do socialismo, a sua força criadora.

Fiéis ao espírito do documento saído da Conferência dos Partidos Comunistas e Operários da Europa, realizada também em Berlim há três anos, os participantes, na reunião destacaram a importância e a actualidade do fortalecimento da cooperação e solidariedade dos partidos comunistas e operários, de todas as forças revolucionárias, progressistas e anti-imperialistas.

Cabo Verde independente há 4 anos

5 de Julho de 1975: Cabo Verde alcançava a independência por que o seu povo, com o PAIGC na vanguarda, tanto se bateu. Hoje, quatro anos depois, o povo cabo-verdiano bate-se



Uma longa caminhada para o futuro

verdianos - a população do arquipélago - empenha-se nas tarefas de construção de uma terra diferente daquela que herdaram. De há quatro anos para cá, muitos passos já se avançaram, nomeadamente no sector agrícola e das pescas, embora cada vez mais avance o combate a um dos maiores flagelos que a economia cabo-verdiana conhece: a seca.

Entretanto, o PAIGC e o Governo da República de Cabo Verde depositam também grandes esperanças no desenvolvimento do sector estatal da indústria e de outros ramos da economia nacional. A banca, os seguros, os transportes marítimos e aéreos foram nacionalizados e as operações de importação e exportação encontram-se sob o controlo do Estado. Há

PC do México: a 3ª força política

O Partido Comunista Mexicano acaba de obter uma importante vitória no quadro da vida política do México, ao alcançar o terceiro lugar nas eleições gerais realizadas no fim do mês passado e ao obter 12,14 por cento dos votos expressos. Estes dados, que ainda não são definitivos, revelam a crescente

relativamente às últimas eleições. Entretanto, os primeiros números oficiais indicam que o abstencionismo rondou a casa dos quarenta por cento. A partir de agora o Partido Comunista Mexicano passa a ser reconhecido como organização política legítima, uma vez que a legislação mexicana em vigor prevê que, para tal, os partidos políticos tenham, pelo menos, 1,5 por cento dos votos expressos em eleições. Ao alcançar 12,14 por cento dos votos, o PCM não só obteve esse mínimo, como se apresenta neste momento como a terceira força política da vida mexicana, o que representa uma extraordinária vitória dos seus militantes e simpáticos e do povo trabalhador mexicano.

Mais de 12 mil atletas nas Espartaquíadas

No próximo dia 21 deste mês iniciará-se na União Soviética as provas desportivas da fase final da sétima edição das Espartaquíadas dos Povos da URSS, que constituirão como que um ensaio geral dos Jogos Olímpicos de Moscovo, a realizar daqui a um ano. Dois mil e trezentos atletas de 87 países confirmaram já a sua participação nas Espartaquíadas deste ano, ao lado dos dez mil atletas soviéticos que foram escolhidos no decorrer de uma fase de apuramento que durou dois anos e na qual participaram milhões de cidadãos - atletas soviéticos - isto é, nada mais nada menos que 41,25 por cento da população da URSS. Entre as delegações estrangeiras mais numerosas contam-se as da República Democrática Alemã (127 atletas), dos EUA (116), do Japão (108), da Checoslováquia (106), da Polónia (96), da Jugoslávia (92), de Cuba e da Roménia (cada qual com 78), e da RFA e da França (62 cada). Nas Espartaquíadas de 1979 participaram ainda atletas de 30 países do continente africano, 20 asiáticos e 13 latino-americanos. Nesta edição das Espartaquíadas serão já utilizadas muitas das instalações desportivas olímpicas (umas construídas de novo, outras reconstruídas).

Candidato da frente de unidade da esquerda à frente na Bolívia

As eleições recentemente realizadas na Bolívia mostram o reforço das forças de esquerda, consubstanciado no facto de o candidato da Frente de Unidade Democrática e Popular, Hernán Siles Suazo, ter sido, dos três candidatos que se apresentaram a sufrágio, o mais votado. A Frente de Unidade Democrática e Popular, é um agrupamento de organizações diversificadas de sectores políticos da esquerda boliviana, onde está incluído o Partido Comunista. Foi, aliás, devido à vitória destas forças nas eleições do ano passado que a ditadura de Barzer (outro dos candidatos às actuais eleições) falsificou os resultados, a fim de evitar a vitória do candidato da Frente. Na sequência dessa fraude, registou-se um golpe militar chefiado pelo general David Padilla que desde logo prometeu a realização de novas eleições, o que agora se veio a verificar. Entretanto, o processo ainda não está encerrado uma vez que o Tribunal Eleitoral ainda terá de confirmar os resultados. Admitido, contudo, que o candidato da Frente não alcance a maioria absoluta dos votos necessários, pelo que deverá ser o Congresso a designar o futuro Presidente da Bolívia.

Os focos de tensão a diplomacia e a CIA

NAS últimas semanas, grandes meios de informação mundiais revelaram que os Estados Unidos se preparavam para reforçar o seu poderio militar em diversas zonas do globo. Concretamente, referia-se a possibilidade de o imperialismo americano aumentar a sua força militar tanto na zona do Golfo e do Índico, como no Sudoeste Asiático. No caso da primeira zona, foi o próprio secretário norte-americano da Defesa, Harold Brown, quem o declarou; quanto ao Sudoeste Asiático, a revelação coube a um alto funcionário filipino, no caso o ministro dos Negócios Estrangeiros, que para o efeito citou promessas que lhe foram feitas por Cyrus Vance.

TRATAM-SE, por enquanto, de afirmações com o seu quê de ameaçador, destinadas a aumentar ainda mais a tensão que se vive nas zonas em causa. Porém, o mesmo não se pode dizer dos seis aviões «C-130» e dos quatro helicópteros da Força Aérea dos Estados Unidos que, segunda-feira, aterraram de surpresa e sem autorização no aeroporto da Costa Rica, perto da fronteira com a Nicarágua, transportando material militar e fuzileiros navais que, segundo testemunhas, eram mais de três dezenas por avião. Ao princípio da madrugada de anteontem, e por ordem expressa do Congresso da Costa Rica, os aviões americanos descolaram e partiram com rumo desconhecido.

ENTRETANTO, e enquanto os responsáveis da administração americana e os chefes do Pentágono, por palavras ou por obras, lançavam no mundo mais focos de tensão (ou, apenas, aumentavam os que já existiam) aquele que até há pouco tempo foi o comandante supremo das forças da NATO na Europa e que muitos apontam como futuro ocupante da Casa Branca - o general Alexander Haig - demonstrou bem o pensamento dos militaristas da NATO ao devolver aos países socialistas a responsabilidade do terrorismo mundial. A manobra de diversão ensaiada por quem tinha sido condecorado momentos antes com a medalha dos serviços distintos dos EUA não iludiu ninguém. Como também não iludiram as suas posteriores afirmações à Revista «Newsweek» e segundo as quais o Governo americano deveria garantir a segurança da rota do petróleo para o Ocidente.

A crise energética - sem esquecer a queda do «Skylab» - é um dos muitos problemas que preocupam os altos chefes da Casa Branca, da CIA e do Pentágono. Por isso, Alexander Haig, nessa entrevista, põe um pouco mais de cuidado nas suas afirmações. E é assim que Haig fala em diplomacia e concertação. Porém, o mundo vai conhecendo cada vez melhor esse «iceberg» que se chama a diplomacia americana. «Iceberg» porque a maior parte das suas acções são invisíveis. A comprová-lo está a recente revelação da organização «Covert Action», segundo a qual mais de vinte agentes da CIA trabalham em 17 países estrangeiros com cobertura diplomática. Esta é a tal parte escondida do «iceberg» da diplomacia americana. E é confiado nesta diplomacia que Haig, uma semana depois de ter lançado calúnias contra os países socialistas, aparece a falar em diplomacia e diálogo. É que, como alguém já disse, isto anda tudo ligado.

Solidariedade com o Povo Árabe!

O Secretariado Preparatório Internacional da Conferência Mundial de Solidariedade com o Povo Árabe e a sua Causa Central, a Palestina, realizou no início deste mês, em Lisboa, a sua quarta reunião, na qual participaram delegados da Grécia, da Índia, da Itália, da África do Sul e da URSS, bem como representantes de diversas organizações internacionais, como o Congresso do Povo Árabe, a União Internacional dos Estudantes, a Federação Mundial da Juventude Democrática, a Federação Democrática Internacional das Mulheres, a Federação Sindical Mundial e o Conselho Mundial da Paz, além de uma delegação portuguesa do CPPC.

A delegação do Congresso do Povo Árabe integrava, por sua vez, representantes da Líbia, do Líbano, da Síria, do Movimento Nacional Egiptio e da Organização de Libertação da Palestina.

Nesta reunião foi particularmente analisado o andamento dos trabalhos preparatórios da Conferência Mundial, que terá lugar em Lisboa de 2 a 5 de Novembro deste ano, nomeadamente os trabalhos de informação e organização.

O Secretariado Internacional expressou a sua satisfação pelos resultados da acção do Comité de Informação constituído no nosso país com o apoio do Conselho Português Para a Paz e a Cooperação, nomeadamente pela publicação de um Boletim Informativo.

Apoio internacional ao povo da Nicarágua

A luta do povo da Nicarágua contra a ditadura terrorista da família Somoza tem gerado, internacionalmente, um amplo movimento de solidariedade. Em todo o mundo, os povos amantes da paz apoiam o combate dos patriotas da Nicarágua pela construção de uma pátria nova, livre e democrática. A prová-lo está a realização, de 13 a 15 deste mês, em Caracas, de uma Conferência Internacional de Solidariedade com o povo da Nicarágua.

Esta manifestação internacional de solidariedade com o povo deste país latino-americano realiza-se sob os auspícios do Conselho Mundial da Paz e os seus trabalhos, para além de serem um poderoso encorajamento à luta dos democratas nicaraguenses, irão constituir um libelo acusatório à ditadura terrorista da família Somoza e àqueles que, internacionalmente, a têm apoiado - os imperialistas americanos e seus lacaios.

A Conferência Internacional de Solidariedade com o povo da Nicarágua - que terá lugar na capital de um país latino-americano, a Venezuela - analisará concretamente a questão das violações dos direitos do homem e ouvirá um relatório da delegação da Nicarágua. 51 delegados na reunião preparatória Na reunião preparatória da Conferência Internacional, realizada em fins do passado mês de Abril no Panamá, participaram 51 delegados de 15 organizações internacionais, bem como uma importante e numerosa representação do povo da Nicarágua. Na Declaração Final dessa reunião foi condenada e denunciado o apoio do imperialismo americano ao ditador Somoza e os esforços que desenvolve para o manter no poder. A Declaração Final da reunião preparatória apela ainda para que todos os povos do mundo apoiem a vanguarda do povo da Nicarágua em luta, a Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), e denunciem a política intervencionista do imperialismo americano e levem os respectivos governos a romper os laços diplomáticos com a ditadura de Somoza.

A situação social no Norte do País e as perspectivas da actividade do Partido

Entrevista com o camarada Ângelo Veloso

«Os comunistas orientam-se pela perspectiva clara de que é possível — no processo de luta e através da experiência acumulada — trazer para o seu lado as massas de trabalhadores enganados e mistificados do ponto de vista ideológico; que é possível, esclarecer os trabalhadores de que a direita, a reacção, são os inimigos de classe, são os inimigos dos seus interesses, são os inimigos das populações» —, declarou o «Avante!» o camarada Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do CC, durante uma entrevista acerca da situação política no Norte e dos importantes avanços registados pelo PCP nos cinco distritos a Norte do Douro.

Mais de dois milhões e meio de habitantes residem nos cinco distritos do Norte, distribuídos por 66 concelhos e 1743 freguesias, numa área compreendida entre as duas centenas de quilómetros do rio Douro e a zona raiana espanhola. Responsável da Direcção da Organização Regional do Norte, o camarada Ângelo Veloso aproveitou o ensejo para nas suas declarações ao «Avante!», caracterizar a situação existente na região, analisar a actividade desenvolvida pelos comunistas, referir as repercussões ali sentidas devido à política de recuperação capitalista, realçar os passos a dar pelos comunistas para modificarem a situação e abordar a questão da descentralização na Organização Regional do Norte.

Uma contradição flagrante

«Avante!» — O nosso Partido tem obtido importantes sucessos e aumentou consideravelmente a sua influência e organização no Norte. Camarada, como caracteriza a situação? Ângelo Veloso — No Norte do País existe uma contradição flagrante entre as opções políticas e ideológicas dominantes na maioria da população e o estado de carência, de subdesenvolvimento, de fome, de miséria e opressão que sofre a maioria dos seus habitantes.

Se falamos de ausência de estruturas sanitárias, escolares, culturais, rodoviárias, desportivas, etc.; se falamos de ausência de saneamento básico, de falta de hospitais e de médicos, de assistência ao parto, à maternidade e à infância; se falamos de carências alimentares muito profundas e até mesmo de fome, de miséria, de obscurantismo, é fácil encontrar, em primeiro lugar, exemplos nas regiões do Norte e Nordeste.

Sobretudo no Nordeste passa-se fome. Há um altíssimo grau de analfabetismo, há uma vida cultural, recreativa e de convívio reduzidíssima. Não há saneamento, não há luz, não há estradas, não há habitações, não há alimentação condigna, não há salários dignos. É sobretudo no Nordeste que se situam as mais flagrantes e chocantes situações de miséria, de pobreza, de indigência, no sentido mais preciso, mais vital.

Mas é, também e ao mesmo tempo, lá que se localizam as mais altas percentagens de votação à direita; os mais altos índices de influência e de prática de uma religiosidade obsoleta

e retrógrada; os mais altos níveis de opções de direita. Através de um aparelho de caciques; através de um aparelho clerical na sua enorme maioria retrógrado; através de um funcionalismo público que, em alguns sectores, se encontra francamente entrelaçado e amalgamado com a reacção (MAP, Serviços Florestais, etc.); através de tradições, de costumes, de práticas — muitas delas mantendo ainda traços feudais —, a direita conseguiu, no Norte, manter uma influência ideológica extensa.

Os pobres são dominados pela ideologia dos ricos

Situações destas têm, naturalmente, as suas raízes históricas. A distribuição da propriedade, as relações feudais que se mantiveram e que são a base de um caciquismo reaccionário e miguelista; a manutenção de um conjunto de tradições, de costumes próprios de uma sociedade agrícola subdesenvolvida; um aparelho clerical muito ligado aos caciques e a grandes senhores da terra, retrógrado, medieval, apostado num conservadorismo tacanho, etc., etc., são seguramente algumas das raízes desta situação.

É evidente que esta situação se liga estreitamente à inexistência de um proletariado industrial (70% da população activa no Nordeste trabalha nos campos) — exceptuando as áreas do grande Porto, Braga, Guimarães e Viana. Por outro lado, a maioria dos trabalhadores agrícolas do Norte são semiproletários. Isto é, mantêm na sua posse pequeníssimas parcelas de terras

«No Norte do País existe uma contradição flagrante entre as opções políticas e ideológicas dominantes na maioria da população e o estado de carência, de subdesenvolvimento, de fome, de miséria e opressão que sofre a maioria dos seus habitantes».

que, em maior ou menor grau, contribuem para a sua subsistência.

Mas estas causas, estes factores, não anulam a existência desta brutal realidade: os oprimidos são dominados pela ideologia dos opressores; os pobres são dominados pela ideologia dos ricos; massas miseráveis, oprimidas, carenciadas em alto grau, são

política e ideologicamente influenciadas, na sua maioria, pela direita. Isto significa que no Norte se dão processos de mistificação ideológica muito profundos, enraizados e generalizados.

Acções, lutas e protestos colocam frente a frente opressores e oprimidos

«Avante!» — Nesta situação que descreves, que perspectivas tem mostrado a actividade do nosso Partido?

Ângelo Veloso — Em primeiro lugar consideramos que, em tais condições, o desenvolvimento do processo revolucionário nos é objectivamente favorável.

«É evidente que o desenvolvimento da luta conduz a que os oprimidos comecem a reparar que trazem os emblemas ideológicos dos seus opressores; a que os pobres verifiquem que trazem na sua cabeça as ideias dos ricos; a que os pequenos e médios proprietários vejam que estão a ser enganados, ludibriados e manipulados pelos grandes proprietários absentistas, intimamente ligados aos grandes armazenistas, etc.»

O desenvolvimento de acções, de lutas, de protestos, de qualquer forma de acção em defesa dos interesses das populações ou das classes desprotegidas coloca frente a frente oprimidos

e quem defende e promove o contrário.

Nos conflitos sociais é político, na luta viva de classes se vai revelando quem defende a liberdade sindical, o direito de associação e organização e quem — ao contrário — defende a manutenção de um regime fascizante, de liberdade para meia dúzia e de opressão para a maioria; quem defende e promove o caciquismo local; o opressivo, fascizante, quem defende a justiça social, a igualdade de oportunidades, a democracia, o progresso, o desenvolvimento, a saúde, a instrução, a cultura, a habitação, o saneamento e quem defende a manutenção de situações de carência, de miséria, de pobreza.

É evidente que o desenvolvimento da luta conduz a que os oprimidos comecem a reparar que trazem os emblemas ideológicos dos seus opressores; a que os pobres verifiquem que trazem na sua cabeça as ideias dos ricos; a que os pequenos e médios proprietários vejam que estão a ser enganados, ludibriados e manipulados pelos grandes

proprietários absentistas, intimamente ligados aos grandes armazenistas, etc.

O Norte não é uma ilha isolada

«Avante!» — Mas quais são, no Norte, as repercussões da política de recuperação capitalista e dos sucessivos governos que a levam a cabo?

Ângelo Veloso — É evidente que o Norte não é outro país. Aqui, sentem-se os efeitos das situações globais e gerais do País. No Norte repercutem-se as consequências da política dos governos de direita — dos Mota Pintos, Nobres da Costa, dos 11 Governos PS, o II com o CDS. Tudo isto teve, e tem, uma influência altamente esclarecedora para a consciência das populações nortenhas.

O Norte não é uma ilha isolada, nem um outro País em Portugal. Mas, também é verdade, no Norte a mistificação ideológica e o desacerção entre a opção política e a situação de classe são mais profundas, por parte de massas da população explorada, pobre, miserável.

«Avante!» — Em tais condições, dão-se inúmeras deslocações para a esquerda de trabalhadores e de pequenos agricultores que, pela sua própria experiência, verificam que os partidos da direita servem na prática os interesses dos seus exploradores...

Ângelo Veloso — Por isso, nós podemos dizer que no Norte do País, talvez mais do que em qualquer outra parte, os comunistas se devem firmemente guiar pelo princípio de que a base de toda a unidade de luta pela democracia e pelo socialismo é a unidade da classe operária e dos trabalhadores.

Os comunistas não se podem desorientar, e não se desorientam, pelo facto de grande número de trabalhadores escolherem partidos e ideologias de direita. Os comunistas têm de sentir, em relação aos trabalhadores agrícolas, aos pequenos e médios agricultores, às populações desprotegidas do Norte, uma profunda fraternidade, solidariedade e irmandade de classe, mesmo se tais trabalhadores optam por ideologias de direita e votam à direita.

Plataformas para unir o povo do Norte

«Avante!» — Embora já haja inúmeras manifestações dos sentimentos que referiste, quais te parecem ser os passos necessários a dar para tornar ainda mais fortes os laços dos comunistas com os trabalhadores dos campos, as camadas desprotegidas, de forma a que estas vejam modificada a situação em que se encontram?

Ângelo Veloso — O problema fundamental para os comunistas no desenvolvimento da luta no Norte é estabelecer plataformas, objectivos e formas de organização unitária que, em primeiro lugar, tenham em conta os interesses das populações e das



Ângelo Veloso: «A complexidade e diversidade de situações, a exigência de respostas políticas prontas e o crescimento da organização do Partido apontam para uma descentralização auzaz e profunda do trabalho de direcção do Partido no Norte»

camadas desprotegidas. Qualquer atitude baseada em preconceitos de natureza ideológica se traduziria num sectarismo francamente negativo da parte dos comunistas.

Desenvolvendo a sua propaganda e a difusão dos seus ideais, desenvolvendo uma insistente acção de esclarecimento, estabelecendo os laços íntimos entre a luta pela democracia e a luta pelo progresso social, pelas grandes transformações sociais e pelos interesses das populações, os comunistas colocam — antes de mais — como base de unidade das populações, dos trabalhadores e dos agricultores do Norte, os seus interesses de classe, os interesses das populações pobres.

Os comunistas guiam-se pela ideia central de que a influência ideológica da direita no Norte do País é altamente contraditória e transitória, traduzindo uma situação de mistificação ideológica. Os comunistas orientam-se também pela perspectiva clara de que é possível — no processo de luta e através da experiência acumulada — trazer para o seu lado as massas de trabalhadores enganados e mistificados do ponto de vista ideológico; que é possível, repito, esclarecer os trabalhadores de que a direita, a reacção, são os seus inimigos de classe, são os inimigos dos seus interesses, são os inimigos das populações.

A experiência mostra que esta orientação e esta perspectiva são correctas. Sempre que os comunistas, ligados às populações, desenvolvem a acção colectiva, unitária e aberta, em defesa dos interesses comuns das populações ou das classes desprotegidas, as populações aproximam-se deles e vêem claramente que são os comunistas quem toma a cabeça da defesa dos seus interesses, que o anticomunismo é a arma da reacção, dos monopólios, dos grandes senhores da terra, é a arma dessa gente contra as populações, contra os pobres.

Para além de factores subjectivos, para além da maior ou menor justiça com que têm

trabalhado as organizações do Norte, eu creio que é possível dizer que a base objectiva das grandes deslocações políticas se situa ao nível dessa contradição entre a opção política e os interesses de classe das populações nortenhas. E que é justa a política unitária do Partido Comunista, olhando particularmente à necessidade de agarrar nas mãos a defesa dos interesses locais, regionais e das classes oprimidas, em particular dos operários, dos assalariados agrícolas, dos semiproletários, dos pequenos e médios agricultores, como base do desenvolvimento da luta pela liberdade e pelo progresso social e também como base de consciencialização política de crescentes massas da população trabalhadora e camponesa.

Descentralização do trabalho de direcção do Partido no Norte

«Avante!» — Camarada, no nosso último Congresso foi levantada a questão da descentralização, nomeadamente nas organizações do Norte. No que diz respeito à DORN em que ponto se encontra esta questão?

Ângelo Veloso — Nessa questão há que ter em conta

«O PCP, nos últimos três anos, aumentou muito a sua influência política, o anticomunismo perdeu considerável terreno, o que entre outros aspectos se reflecte num grande crescimento numérico do Partido: hoje, no distrito do Porto, temos mais militantes do que, em 1976, em todo o Norte».

esse problema nos organismos de direcção regional, distrital e sectorial. É praticamente unânime a ideia da criação de novas organizações regionais e a formação de novas direcções regionais na actual área da Organização Regional do Norte. Mas, ao mesmo tempo, considera-se necessário manter, em novos moldes, uma direcção e uma

coordenação políticas gerais de todo o Norte, através de um novo tipo de organismo dirigente. É uma questão naturalmente complexa e delicada que exige um exame atento e ponderado. Mas tudo se encaminha para uma resolução a curto prazo...

Campanha dos 20 mil contos Dar a primeira contribuição antes da entrada em férias

Enquanto em Canidelo está a ser ultimada a organização da excursão que levará dezenas de camaradas e amigos daquela localidade à Penha, Guimarães, no próximo dia 5 de Agosto, tudo se conjuga para que a segunda festa da campanha, a realizar no próximo domingo, dia 15, em Melnedo, concelho de Lousada, seja mais uma demonstração da grande adesão que a campanha dos 20 mil contos está a concitar. Naquela freguesia de Lousada há muito entusiasmo. Já foram recolhidas ofertas num valor de cerca de duas dezenas de contos. Muitas pessoas, não filiadas no Partido, têm dado a sua contribuição e ajuda para os trabalhos preparatórios.

A jornada começa às 20 horas de sábado, com projecção de filmes e uma sessão de canto livre. No domingo, logo de manhã, decorrerá uma festa infantil.

A Festa da Fraternidade prossegue na tarde de domingo com nova sessão de canto livre, seguida de comício com a presença de um camarada do Comité Central.

Entre outros, está já assegurada a presença de Fernando Farinha, conjuntos «Resistência» e «Vanguarda», Sérgio Mendes, Carlos Cunha, Gilberto e Júlio Couto.

Definidas metas

Num momento em que pesam sobre o principal centro de trabalho do Norte, o da Rua Aníbal Cunha, sérias ameaças, teve início esta campanha. Num comunicado divulgado no princípio desta semana, a DORN sublinhava que «a sede no Norte à altura do Partido, a erguer com os fundos obtidos na campanha, será uma grande afirmação de confiança na democracia portuguesa e na luta dos trabalhadores e do povo, em defesa do regime democrático e da Constituição. Será de igual modo uma grande afirmação da força e da implantação do PCP no Norte, facto de profundo significado político e social».

Em quase todos os organismos da Organização Regional do Norte já foram definidas as respectivas metas. Trata-se de um passo importante, na medida em que pressupõe o grau de empenhamento e da análise das possibilidades em cada sector. Agora é necessário dar continuidade a aquele trabalho. Sem demora, é preciso ver no concreto como val ser atingida

a cifra colectivamente definida. Muitos camaradas e amigos receberam ou recebem em breve o subsídio de férias. Ninguém deve ir para férias sem dar o seu primeiro contributo.

Para realizar com êxito esta tarefa importante para o desenvolvimento do Partido, no Norte, é urgente que a campanha comece a ser, como sucede já em diversos organismos, concretizada. Que compromisso vou (vamos) firmar com o Partido ao longo de um período de 12 meses; quanto vou (vamos) dar do que recebi no subsídio de férias? Que amigo (s) vou (vamos) abordar para contribuir para a campanha? Terá de ser em torno destas três perguntas que os camaradas da Organização Regional do Norte terão de orientar os seus esforços. Com muito espírito de iniciativa, com muita dedicação e sacrifício, a meta dos 20 mil contos será alcançada. O partido terá no Norte uma sede à altura do seu prestígio e influência.

Primeira iniciativa primeiro êxito

Saldou-se num importante êxito a primeira iniciativa pública promovida no quadro da campanha dos 20 mil contos — para uma sede no Norte à altura do Partido. Da noite de sexta-feira à do passado domingo, passaram pelo Grande Acampamento da Amizade, instalado na Madalena, cerca de cinco mil pessoas. Esta realização conjunta da Comissão de Freguesia da Madalena, e da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia não só foi um sucesso (esgotou-se a lotação do parque de campismo), como também deu significativos resultados financeiros e políticos. Além da meta de Gaia ter ficado mais próxima, foram feitos recrutamentos para o Partido.

Durante o Grande Acampamento da Amizade foi feita uma rifa. O relógio foi atribuído ao possuidor do número 639 (seiscientos e trinta e nove); o quadro ao 939 (novecentos e trinta e nove); o terceiro prémio será entregue a quem tiver o 823 (oitocentos e vinte e três). Tiveste sorte? Em caso afirmativo, dirige-te ao Centro de Trabalho da Comissão Concelhia de Vila Nova de Gaia. Levas um bilhete. Trarás um prémio...



NEIROS DE PORTUGAL



Nas suas múltiplas facetas, a Festa da Alegria, em Braga, este ano realizada pela segunda vez, com êxito redobrado, é bem o símbolo do avanço dos ideais democráticos, do aumento de organização dos trabalhadores e do crescimento da influência do PCP no Norte do País

